LIBERTÁRIA

#003 ▸ JULHO 2020 ▸ 4,77 €

Angelika Lima

Carmen Lima

Cristina Alves

Fábio Morgado

Filipe Barroso

Flávio Gonçalves

João Branco Martins

João Ferreira Dias

John Simkin

Jorge Matias

Kevin Carson

Paulo Querido

Rui Martins

Tiago Charters De Azevedo

O encerramento de um ciclo

Flávio Gonçalves

Com este número encerramos a tarefa que assumimos no primeiro número, a de biografar os três pioneiros do socialismo democrático alemão (apodado de social-democracia lá fora, termo usurpado pela direita portuguesa há muito), primeiro com Eduard Bernstein, depois Karl Kautsky e agora, finalmente, August Bebel, os três signatários do Programa de Erfurt do SPD que romperia com o marxismo revolucionário e acabaria por defender que a conquista do socialismo se podia concretizar por via das eleições, sindicatos e reformismo político, passo a passo.

Este número da Libertária traz-nos também algumas novidades, sendo a mais relevante o aumento da tiragem, a redução do preço de capa e, ao contrário do que sucedera até agora com a excepção da Libraria Barata, a revista passará a estar disponível em várias livrarias físicas independentes em vez da opção única de venda virtual ou em conferências/apresentação da mesma.

A revista optará também por uma via ainda mais pragmática na selecção dos autores que publica, tanto na edição impressa como na digital em libertaria.pt, favorecendo todos os ideários da esquerda democrática, sendo irrelevante o apartidarismo, carreira académica ou filiação partidária dos nossos autores, algo que aparentemente não estava bem patente nas anteriores edições pelas missivas que fomos recebendo na nossa correspondência.

A revista manterá a sua irregularidade uma vez que depende estritamente do voluntarismo *pro bono* dos seus colaboradores apostando, contudo, numa maior frequência na actualização das suas páginas nas redes sociais e portal, onde conta já com mais de 3.000 seguidores.

Esta publicação não tem qualquer intenção de se tornar num órgão de comunicação social, tenciona antes tornar-se num órgão de doutrina e ideologia que tenha por objectivo último a defesa de medidas e políticas realmente socialistas que vão ao encontro dos interesses e da elevação do homem comum.

@flagoncalv

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA II
Revoluções por minuto 4
Jorge Matias

O MUNDO POLÍTICO
A revolução mundial em curso 10
João Branco Martins

ANÁLISE
Coronavírus, democracia e medo 14
João Ferreira Dias

ANÁLISE
XIII Congresso da UNITA 15
Filipe Barroso

SINAIS DOS TEMPOS
Abril e a igualdade das mulheres 16
Angelika Lima

ENTREVISTA COM CARMEN LIMA
As batalhas deste século serão pela água 18
Flávio Gonçalves

ECOLOGIA DA LIBERDADE
A dissolução da autoridade 22
Tiago Charters de Azevedo

ANÁLISE
O sistema que conhecemos já se foi 25
Paulo Querido

EM PROL DA JUSTIÇA
Pela revisão urgente da opacidade e do exagero das custas judiciais em "unidades de conta" 26
Rui Martins

ENTREVISTA COM FÁBIO MORGADO
A Lisboa rural aqui tão perto 30
Flávio Gonçalves

BIOGRAFIA
August Bebel 36
John Simkin

CAPITALISMO
Dia das vítimas do capitalismo 40
Kevin Carson

CONTRACULTURA
(Alguma coisa) Punk em Portugal 48
Cristina Alves

REVOLUÇÕES por minuto

Fúria, desordem, caos, anarquia, insegurança e contestação social parecem ser as palavras que melhor descrevem os dias de hoje um pouco por todo o mundo. De repente, toda a gente parece ter enlouquecido e pretende reclamar alguma coisa que pode nem sequer ser razoável ou consensual.

Ainda mais repentinamente, o início da segunda década do século XXI foi assaltado por correntes e movimentos inorgânicos e incontroláveis que surgiram – aparentemente – da névoa do tempo, mas que mais não são do que o resultado concreto dos grosseiros erros cometidos por uma classe política oligárquica ao longo do século XX. Mas não só. E podemos estabelecer um ponto de partida nas Primaveras Árabes, que despontam em 2010 e perseguiam – como exemplo de futuro – o ideal da Revolução do Cravos em Portugal, 1974.
Chile, Equador, Bolívia, Venezuela, Espanha, Rússia, República Checa, França, Cazaquistão, Índia, Líbano, Iraque, Síria, Egipto, Iémen, Sudão, Argélia, Líbia, Arábia Saudita, Hong Kong... Cada uma com motivos, causas e reivindicações diferentes, em função dos combates que enfrentam, mas todas com um denominador comum: não têm um líder ou organização a encabeçar os protestos e, na maior parte dos casos, são divulgadas e organizadas a partir de convocatórias em redes sociais, e são caóticas e desorganizadas.
Para poder ter uma ideia, enumeramos alguns dados relativos a estas manifestações de contestação:
– Os 'Gilets Jaunes', em França, começaram por contestar uma proposta do presidente Emmanuel Macron que baixava e uniformizava drasticamente o valor das pensões de aposentação já existentes e também as futuras (atualmente, a proposta de lei ainda está em trabalho para ser levada a aprovação), mas rapidamente se tornou abrangente a outros sectores e a outras motivações que levaram a tumultos violentos nas grandes cidades francesas durante mais de quatro meses e que inclusivamente já conduziram a inúmeras alterações, emendas e leis bem mais céleres – por exemplo, a interdição do uso de algum armamento habitualmente utilizado pelas forças de segurança (as espingardas de gases e as LBD-40, que são utlizadas para disparar balas de borracha). A última tentativa de estabelecer novas regras no regime de pensões, em França, datava de 1995, quando o primeiro-ministro do governo de Jacques Chirac, Alain Juppé, quis alterar as regras uniformizando-as a todas as faixas de pensionistas, resultaram na paralisação total do país (uma greve total de transportes) durante três semanas, o que obrigou o governo a recuar totalmente, resultando numa rara, indiscutível e histórica vitória do "povo";
– Na Índia, foi o aumento do preço das cebolas que levou os agricultores a erguer barricadas nas autoestradas e a organizar manifestações de curta duração. Aqui, tratava-se de uma taxa (novamente uma taxa) que pudesse financiar o fornecimento de água (escassa e essencial a esta cultura) aos agricultores. O governo nacionalista, do primeiro-ministro Narendra Mori, utilizou novamente a "ameaça" paquistanesa para desviar as atenções da opinião pública. A situação, rapidamente 'descambou' com uma proposta de lei que prevê regularizar cidadãos que tenham nascido no estrangeiro, excepto no caso dos muçulmanos – o que é uma forma 'legal' de discriminação, especialmente num dos países que tem uma das maiores comunidades muçulmanas do mundo e onde se têm repetido ataques indiscriminados sobre muçulmanos (como forma de afirmação por parte da sociedade);
– O caso de Hong Kong é outro que teve início numa proposta de lei de extradição para a China que a população (especialmente os mais jovens) entenderam ser injusta, ameaçadora, perigosa e inconstitucional – face ao legado do protetorado britânico –, e tornou-se num dos maiores faróis de contestação dos últimos meses. A situação

evoluiu com a população a exigir mais democracia (num dos países menos democráticos e mais autoritários do mundo). E nem o recente caso chinês do Coronavírus (Covid-19) parece ter distraído os contestatários que voltaram à luta nas manifestações de 1 de Maio de 2020, com confrontos com a polícia, apesar de a ameaça de saúde ainda não se ter dissipado completamente (que, igualmente, muitos entendem ser uma tentativa de distrair as atenções para outro tema);
– Chile, outubro de 2019: o governo do milionário Sebastian Piñera anunciou o aumento do bilhete de metro em 30 pesos chilenos (o equivalente a 0,04 cêntimos de euro), o que levou a autênticas batalhas campais entre a polícia e manifestantes, nas ruas de Santiago, durante semanas, até à retirada total da proposta. Também aqui, a insatisfação e contestação se alastrou contra a classe política que se eterniza nas elites das cúpulas dos partidos políticos e do Estado;
– Líbano, outubro de 2019: uma nova taxa sobre as chamadas via WhatsApp, anunciada pelo ministro das comunicações, Mohamed Choucair, que visava aumentar as receitas em impostos, despoletou uma onda de contestação violenta que rapidamente alastrou para outras reivindicações de carácter mais político. Nos casos do Líbano, Egipto, Sudão, Síria, Argélia e Iraque a contestação depressa alastrou contra uma oligarquia política que se pretende eternizar e é considerada – de forma genérica – incompetente, insensível e corrupta;
– Na Arábia Saudita, ainda em outubro de 2019, o Ministério das Relações Municipais e Rurais pretendeu taxar a 100% a disponibilização de produtos de tabaco em narguilés nos restaurantes (prática tradicional e milenar no país), o que fez disparar a contestação pública, mesmo apesar da habitual repressão estatal.
Aos olhos de qualquer europeu, o enunciado anterior pode parecer patético (talvez excetuando o caso francês), mas tal juízo não leva em consideração as condições miseráveis de vida social e política em que estes povos vivem. Interessa, importa e é absolutamente essencial, pois, que se tente compreender estas manifestações populares, para melhor saber o que fazer no caso de uma convulsão destas nos "bater à porta".

Protagonistas do processo

Ao contrário do que era habitual ou normal durante o século XX, estes movimentos não são orgânicos. Isto significa que não têm uma organização social, política ou sectária (sindicalista, por exemplo) por trás e, por conseguinte, não há um interlocutor com quem os governos possam discutir, debater ou negociar qualquer tipo de saída intermédia, que agrade e satisfaça ambas as partes – simplesmente porque uma das partes não tem rosto ou representante.
Há que lembrar, então, uma frase de David Lowenthal (1923-2018), que foi ao mesmo tempo título de livro e frase de abertura do mesmo: "o passado é um país estrangeiro" (ed. 1985), e entender que a raiz de todas as contestações está sempre localizada num detalhe da História e que esta frase se aplica a estas contestações públicas de descontentamento generalizado e incontrolável.

Estranha e curiosamente (ou talvez não), alguns dados estatísticos não convergem com a proliferação destes fenómenos sociais. Estes mostram claramente que apesar de serem bastante mais frequentes e violentos, obtêm menos resultados efetivos.

De acordo com um estudo liderado por Erica Chenoweth, politóloga de Harvard, há 20 anos, 70% das contestações sociais que exigiam alterações políticas significativas, atingiam o seu objetivo, pelo menos parcialmente – numa percentagem de crescimento constante desde a década de 1950. O mesmo estudo demonstra que a partir de meados da década de 2000, essa taxa teve um declínio abrupto para os 30%. Refere o estudo que as duas tendências estão intimamente ligadas uma vez que, ao tornarem-se mais frequentes e inorgânicas, correm mais vezes o risco de se instalar num longo período de tempo e acabam por fracassar por exaustão, não só por parte dos manifestantes, mas também da opinião pública que deixa de sentir simpatia pelos movimentos e pelo caos quotidiano que provocam, tornando-se apenas "uma parte desagradável da paisagem urbana".

Eis-nos chegados ao ponto da pergunta primordial: então o que está por trás destas contestações e manifestações caóticas, anarquistas e furiosas?

Em primeiro lugar "foram os jovens que se fartaram", segundo Ali Soufan, diretor-geral do The Soufan Group, um gabinete de consultores especializado em informação e segurança. As conclusões do gabinete apontam para que as novas gerações se recusam a deixar-se enganar por um sistema que consideram profundamente corrupto, imposto por elites políticas e económicas com alicerces no século passado e querem que tudo isso mude rapidamente.

Interessa também a esta reflexão, outros dados estatísticos da maior importância que suportam esta ideia e o historiador britânico Niall Ferguson esclarece porque é que são os jovens os grandes impulsionadores das vagas de protesto mundiais que tendem a crescer. Tal como no período das grandes revoluções europeias de 1848, um período em que existiam "demasiados homens instruídos e poucos empregos eminentes e prestigiosos", atualmente o ensino superior está a funcionar no seu máximo mas o mercado de trabalho não o acompanha. E, nas colunas do 'The Times' ele observa que "em todos os países onde foram assinaladas manifestações de massas nos últimos doze meses, nunca o Ensino Superior recrutou tantos estudantes".

Entre 1980 e 2016 as taxas de inscrições em universidades passou de 18% para 90% no Chile, de 25 para 46% no Equador, de 15 para 34% no Egipto, de 34 para 64% em França, de 13 para 72% em Hong Kong. O sistema produziu uma geração a que chamamos "baby sharks" (jovens com altas habilitações, mas desempregados) que "seguiram os seus estudos e atualmente se fazem ouvir nas ruas", como define Niall Ferguson. E acrescenta "o problema decorre da diferença entre a quantidade de diplomados sem precedentes e uma procura insuficiente do mercado de trabalho".

Depois, reforçando ainda mais a ideia: há um problema na própria democracia.

De acordo com o autor de um recente estudo (Janeiro de 2020) da Universidade de Cambridge, Roberto Foa: "um pouco por todo o mundo, há um mal-estar geral em relação à democracia".

É um facto declarado que a insatisfação com a democracia nos países desenvolvidos nunca foi tão grande como a que se sente agora: "constatámos que esta insatisfação com a democracia cresceu ao longo do tempo e está a atingir o nível mais alto de sempre", diz o investigador. De acordo com o estudo, o nível de insatisfação cresceu, em todo o mundo, de 48% em 1995 para 58% em 2019. Mas é ainda maior em países como os Estados Unidos e o Reino Unido (entre os 75 e os 80% nestes dois países).

Muitos investigadores ainda insistem em pensar que estes fenómenos são localizados e têm razões muito regionais, mas os registos (desde que há registos) mostram claramente um crescendo de insatisfação com os sistemas de uma forma geral e global.

FMI, desigualdades e populismo

Depois há também os elementos externos e os efeitos sociopolíticos que tendem a descredibilizar a própria democracia com o intuito de a destruir.

Enquanto organismo acéfalo e meramente financeiro e económico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem contribuído – e muito – um pouco por todo o mundo para esta situação de degradação social e económica.

Um recente exemplo, disso, é a Argentina: após oito intervenções e durante a preparação de uma nona intervenção internacional (que se pretendia ser a última), os delegados do FMI entendem que a dívida externa argentina é absolutamente insolvente a não ser que passe por tudo o que o FMI nunca defendeu – renegociação da dívida com os investidores externos para adiar os pagamentos de juros quase 'sine die', mas também uma inevitável perda de direitos dos investidores internos, o que inevitavelmente conduzirá a um desinvestimento interno e, consequentemente, ao efeito contrário do que se pretende para que possa haver uma recuperação. Adicionalmente, com a crise instalada pela pandemia global de Covid Sars-2, o país depara-se com uma total incapacidade de cumprir as suas obrigações, agravando ainda mais as clivagens em relação ao sistema democrático.

Noutros países também intervencionados pelo FMI, a contestação em relação ao organismo cresceu igual e exponencialmente pela simples razão que, a estes países, são aplicadas regras restritivas e de austeridade exageradamente apertadas (como recentemente o próprio organismo reconheceu ter feito em relação aos PIGS – acrónimo inglês para Portugal, Itália, Grécia e Espanha) e, nalguns casos, sem sequer ter tido o cuidado de se relacionar com organismos reguladores como a União Europeia que, naturalmente, defenderia os seus estados-membros de forma estrutural e sustentada.

Estes fatores, contudo, tiveram o efeito de "tentar apagar uma fogueira com gasolina".

Em países mais vulneráveis como o Equador, ou Argentina, a atuação do FMI é considerada como um verdadeiro assassinato de todo um povo que não só perdeu grande parte do seu salário, mas também algumas regalias e perspetivas de um melhor futuro (tudo o que o FMI prometia não voltar a acontecer).

Nos países como os PIGS, a intervenção funcionou de forma diferente: a perceção é que as classes sociais mais desfavorecidas pouco ou nada evoluíram – mesmo depois da saída da intervenção do FMI –; as classes mais favorecidas enrique-

ceram rápida e exponencialmente; e, contudo, as reformas das estruturas nacionais não passaram do papel tendo mesmo ficado bastante degradadas e incapacitadas de exercer funções minimamente exigíveis. Novamente, todos estes efeitos foram agravados pelos efeitos nefastos da pandemia Covid-19.

Chegados a este ponto, se alguém ainda se pergunta o que tem o populismo a ver com isto, será porque não prestou atenção. Este é o campo ideal para cultivar populismo barato e sem compromisso (como, aliás, se vê bem não só nos PIGS, mas em toda a Europa).

De acordo com o professor de Psicologia e académico iraniano da Universidade de Georgetown, Fathali Moghaddam, "o populismo e a liderança forte de homens é uma reação contra experiências psicológicas que as pessoas têm e que resultam da globalização. A globalização trouxe um aumento de ansiedade, de medo e de perceção de ameaças. O medo de ser invadido, de as culturas serem invadidas, de as terras serem atacadas ou de as formas tradicionais de vida serem enfraquecidas". Eu acrescentaria ainda que, mais do que o alastramento global do vírus pandémico, foi mesmo o fator medo que mais se propagou por todo o mundo.

Tudo porque os responsáveis políticos não souberam (ou não quiseram) educar os cidadãos sobre os desafios da globalização: "se as pessoas se sentirem ameaçadas, vão dar menos importância à defesa e igualdade dos direitos humanos", refere.

E acrescenta "não soubemos defender a democracia. Não fizemos o suficiente. E como não o fizemos, as consequências são resultados como o 'Brexit'. As pessoas deviam ter previsto isto nos anos 80, com a migração em massa para o Reino Unido. Nada foi feito. Se o tivessem feito, se tivessem tranquilizado as pessoas, não teríamos o 'Brexit' que se deve em larga parte à ignorância, tensão e medo". Sentimentos que os líderes autoritários e populistas exploram para potencializar o seu próprio poder.

As manifestações inorgânicas a que o mundo assiste atualmente são, por isso, o campo ideal para cultivar estes populismos que, por natureza, são fáceis, simples e baratos. Ideias dispersas sobre tudo e sobre nada, mas que mais não passam do que o equivalente a conversas de café entre amigos a falar sobre as dores sociais que cada um sente. Mas são essas falácias baratas que podem destruir facilmente as democracias – que é, aliás, o objetivo final dos populistas – mais consistentes, como temos visto recentemente no Reino Unido (a Union Jack está em risco e pode bem vir a deixar de existir num período razoavelmente curto por causa da Irlanda do Norte, mas sobretudo por causa da Escócia) e os Estados Unidos que também viram recentemente um processo de "impeachment" (fevereiro de 2020) do presidente Trump perfeitamente consistente "morrer" às mãos de populistas que mais não veem do que a obtenção a curto prazo e custo de uma reeleição de um presidente que acaba de destruir o próprio património democrático de uma constituição que pretendia prevenir que isso pudesse acontecer.

E, voltando um pouco atrás, nas palavras de Fathali Moghaddam: "nem todas as revoluções levam necessariamente à democracia". E exemplos disso mesmo, são hoje bem visíveis um pouco por todo o mundo. Porque "a democracia precisa de tempo para ser construída, tem de haver mudanças psicológicas na forma como as pessoas pensam e agem. E isso leva tempo. Somos alunos lentos e isso é problemático. Para aprender com a história, temos de aprender História, o que nem sempre acontece. Não lemos sobre ela".

A Revolução MUNDIAL em curso

É assim para mim que a coisa funciona e é assim que tenho andado a pregar desde 2011 em cursos, workshops e palestras: a revolução mundial em curso está em plena 2ª Fase.

1º Fase

Na primeira fase de qualquer revolução está sempre um denunciante intelectual (whistleblower) que discorda com o governo, mas que este último ignora como uma simples fase passageira. É a presunção da corrupção e injustiça que determinado governo tem por normal.

Edward Snowden ou Rui Pinto personificam claramente este primeiríssimo estágio de qualquer revolução em curso. Os governos geralmente tratam do assunto aprisionando ou silenciando o denunciante e pensam que o mal está sanado. Quando tal acontece estamos longe o suficiente para não perceber o momento, mas a semente da dúvida é a mais crítica pedra na construção do edifício de uma revolução bem-sucedida. É a chamada Fase Intelectual, onde os governos recusam admitir erros e ignoram simplesmente os clamores de justiça.

2ª Fase

Neste segundo estágio o debate intelectual iniciado na primeira fase declara-se irrelevante e todos percebem que não levará a lado nenhum. A corrupção continua o seu curso e a justiça é usada pelos governos para benefício próprio. Geralmente nesta fase estamos num declínio económico visível mas os impostos começam a subir.

Os problemas económicos individuais começam a aparecer mas são relativamente dispersos e sem chegar a todos. No entanto quem sofre mais financeiramente nesta fase costuma queixar-se da perseguição do governo a nível económico

(ataque às classes médias e negócios próprios, por exemplo), e surgem as primeiras denúncias claras sobre as acções das polícias, sejam elas de segurança pública, económicas, fiscais, etc. A resposta da polícia é homogénea: "fazemos o que podemos para manter a ordem e a legalidade, além de não estarmos mais do que a cumprir ordens".

Neste processo, existem já claras distinções na sociedade entre os que sofrem o abuso do Estado e os que estão longe de tal realidade. Funcionários públicos, excepto forças de segurança, são sempre os últimos a perceber que a realidade está a mudar debaixo dos seus pés.

É o momento de surgirem líderes que percebem o problema e são ainda moderados na sua acção. O problema é que os governos simplesmente ignoram tal movimentação da sociedade civil, o que amplifica o sentimento de injustiça nas franjas da sociedade já afectadas pelo problema. Existe também o perigo destes movimentos serem capturados por extremistas que exigem mudanças drásticas, sendo Lenine um exemplo.

Na fase final desta segunda fase acontecem as escaramuças e protestos, geralmente de origem pacífica.

No final da Rússia czarista o povo foi ter com a família real numa demonstração pacífica do seu descontentamento, onde levava símbolos nacionais e mesmo quadros dos czares, limitando-se a ficar junto ao palácio de Inverno destes. A polícia abriu fogo e matou 92 manifestantes, incluindo crianças. As notícias que se espalharam a partir deste incidente foram as de ser agora certo que o czar não iria ajudar o povo, pese embora a realidade do czar não ter dado ordem de fogo, mas sim a polícia que cumpria o seu dever com zelo.

Geralmente os políticos, habituados a tácticas mais maquiavélicas, seguem a máxima de Maquiavel: "tornar exemplo a morte de um ou dois insurrectos para que todos vejam demonstra mais compaixão do que ser gentil e bondoso nas negociações e deixar que os protestos continuem e acabem por prejudicar toda a comunidade".

A segunda fase é portanto de protestos crescentes e confrontos com o governo que se apoia no próprio Estado policial que criou. Enquanto a polícia estiver do lado do governo neste processo, a inevitabilidade de passar à fase 3 é garantida.

3ª Fase

A terceira fase é caracterizada por guerra aberta nas ruas pois os governos tentam a todo o custo manter a ordem recusando ceder nas questões centrais que motivaram a revolução em curso. Nesta fase muitas vezes sucede que a polícia passa para o lado dos manifestantes, como aconteceu na revolução ucraniana de 2014, assim que a polícia percebeu que eram russos os apoiantes do presidente.

Na Revolução Americana sucedeu o mesmo, embora, uma

vez que os "perpetradores do mal" eram britânicos, a polícia simplesmente diferenciou entre os de cá e os de lá. Na revolução na Rússia em 1991, assim que Yeltsin clamou aos militares para não disparar sobre o povo, os soldados mudaram de lado e o governo caiu imediatamente.
O decurso de qualquer revolução depende SEMPRE do lado em que está a polícia e o aparelho militar. Quanto mais cedo este se passar para o lado da revolução tanto menores os prejuízos e posteriores abusos. Caso a força armada seja resiliente nas suas lealdades, tanto mais a revolução será sangrenta, repleta de abusos e vinganças.

4ª Fase

A quarta fase é a retribuição. É a fase em que se enforcam os líderes (quando os encontram) e todos aqueles que de um modo ou de outro podem fazer as vezes dos líderes. As propriedades são confiscadas e as injustiças passadas e vividas durante anos são equilibradas numa questão de semanas ou meses.
Mesmo que a Revolução não chegue ao fim e seja travada ou abortada nesta fase, podem ocorrer assassinatos dos governantes, como aconteceu com Abraham Lincoln em 1865.

5ª Fase

Nesta última fase de qualquer revolução acontece o restabelecimento e a recuperação, onde surge uma nova forma de governo. Os moderados inteligentes, até agora arredados da discussão pelos dois lados da contenda, tomam o poder enquanto os radicais implementam uma nova forma de governo baseada numa qualquer ideia utópica.
Os moderados, tidos como inimigos dos dois lados durante toda a revolução, e muitas vezes mortos pelos próprios revolucionários, tomam agora o poder restabelecendo a ordem e criando a nova Constituição.
Robespierre, que fez a revolução francesa, enforcou muitos moderados e iniciou um novo reino de terror para eliminar todos aqueles não adeptos da sua revolução. Foi mais tarde guilhotinado quando os moderados tomaram o poder constitucional.
É o momento para um novo líder político emergir, geralmente diferente dos líderes revolucionários, como o próprio Salazar emergiu poucos anos depois do golpe militar. O sentimento nacional volta em força e a corrupção pode iniciar o seu curso inexorável até à revolução ou novo regime cerca de 40 anos depois.
Assim, a cada 40 anos o regime muda e a cada 80 muda o sistema por completo.

João Branco Martins é sócio fundador da APEFI e autor das obras "Dinheiro à Vista" (Academia do Livro, 2009) e "A Economia Lá de Casa" (Academia do Livro, 2013).

Coronavírus Democracia e MEDO

Todos os tempos novos tendem a invocar os instintos velhos. Seja em guerra ou em pandemia, o instinto de sobrevivência é ativado e os valores elementares da sociedade são objeto de revisão inconsciente. Sabemos, e as ciências sociais o mostram, que a sociedade é, sobretudo, movida pelo conflito. É no seio deste que se produz as mais ou menos duradouras alianças, um mecanismo de contrapeso sociológico e político. *João Ferreira Dias*

Já o afirmavam, também, os pensadores modernos, como Hobbes, que defendia que o estado de "guerra" (aqui inclui aquilo que chamamos de conflito) é o modus vivendi do ser humano. Ora, a única forma de travar esse estado "natural" da humanidade seria por via do "contrato", em que nos dispúnhamos a observar um conjunto de leis que ordenam a sociedade. O problema é que só estamos disponíveis para combinar o mútuo respeito quando não sentimos a nossa vida ameaçada. O "medo" não é um produtor de democracia, a história tem mostrado. A liberdade não é um valor absoluto, e diante da ameaça e desconfiança, as pessoas abrem mão da liberdade em troca de segurança e conforto, confiando em opções políticas não-democráticas.

Os tempos já eram de intimidação às fundações da democracia, com a emergência de soluções simplistas de pendor populista-nacionalista, que se ofereciam para resolver problemas, nem sempre existentes, mas percecionados como reais, como a criminalidade e a imigração. Com a pandemia do Coronavírus, a desconfiança e o medo são produto de um fator real. Todos podem ser portadores do vírus, logo todos constituem ameaça mútua.

Há poucas semanas fomos confrontados com as mensagens deixadas a profissionais de saúde e de superfícies comerciais pelos seus vizinhos, em Espanha, pedindo que encontrem outro lugar para morar. Há, de facto, uma questão sanitária neste assunto, mas não é apenas a do vírus, é a da sociedade enquanto contrato. A partir da ótica do medo e do estigma social, a situação pandémica vigente apresenta semelhanças com a situação vivida pelos judeus na antecâmara do nazismo: pessoas indesejáveis, vistas como transportando com elas uma toxicidade qualquer, um vírus que infetaria os lugares onde moravam.

O medo social do "outro" tem este caldo histórico de estigma racial e etnológico. É o vírus que veio do "estrangeiro", particularmente da China, terra do comunismo, essa ameaça vermelha do tempo da "guerra fria" e do mundo bipolar, novamente recuperada ao sabor do que chamaria de nacionais-saudosismos, i.e., revivalismos políticos nacionalistas, securitaristas, que terão no rescaldo da pandemia terreno fértil. Sabendo que as classes sociais mais permeáveis à adesão a estes movimentos políticos são as mais fragilizadas economicamente, o Covid-19 será, também, o vírus dos esquecidos. Da mesma forma que o período que sucedeu à crise de 2008 permitiu que tais movimentos fizessem eco dos descamisados da globalização, a crise pandémica, se não for devidamente enfrentada com mecanismos internacionais de cooperação e auxílio económico de uma envergadura e tato maior, poderá fazer com que a democracia enquanto sistema político saia profundamente fragilizada, podendo colocar em causa o arranjo parlamentar e a governabilidade, em particular nos países economicamente mais frágeis, como Portugal.

João Ferreira Dias é Mestre em História e Cultura das Religiões pela FLUL e doutorando em Estudos Africanos e investigador do CEI-IUL.

XIII Congresso da UNITA

Na qualidade de convidado internacional do partido UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), estive presente no XIII Congresso do maior partido da oposição da política Angolana, em Luanda, capital da República de Angola, que se realizou entre os dias 13 a 15 de Novembro de 2019.

Este conclave teve a particularidade do Presidente em exercício, Isaías Samakuva, sucessor do fundador e líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, não se recandidatar, cumprindo aliás a sua palavra, existindo 5 candidatos ao trono supremo do Partido, os candidatos favoritos que se apresentavam eram Adalberto da Costa Júnior, antigo líder do Partido na Assembleia Nacional da Angola que venceu a eleição e Alcides Sakala, até então Responsável pelas Relações Internacionais da UNITA.
Fui o único convidado, nacional e internacional a discursar na sessão de abertura do Congresso da UNITA, tendo apresentado as devidas felicitações, na altura em que se cumpria um ano que tinha estado em Luanda pela primeira vez. Referi na minha intervenção o papel histórico da UNITA na defesa do pluralismo, na luta pela democracia e pelos direitos humanos, num quadro de grande crise económica que Angola vive, para além da alternância democrática que deve existir no país em relação ao partido que está no poder desde a independência, o também histórico MPLA, e o papel conciliador do Presidente cessante Isaías Samakuva, fundamental para segurar o partido na sua maior crise após a morte em combate de Jonas Savimbi na guerra civil de Angola.
O exemplo dado pela UNITA neste Congresso, de grande vitalidade democrática, transparente, cívico, apontando os tão necessários desígnios que o país deve seguir nos próximos anos, para o aprofundamento da democracia, da defesa dos direitos humanos, o acesso a cuidados de saúde, à educação, passando pela diversificação da economia são pontos chave, num país com mais de 70% de população jovem e quase 30 milhões de pessoas.

Angola é um país de grandes riquezas naturais, assim como de gritantes desigualdades económicas e sociais, que são explicadas por mais de 400 anos de colonialismo, de 13 de guerra colonial (1961-1974) e quase 27 de guerra civil (1975-2002), mas nem tudo isso explica os elevados níveis de corrupção e o verdadeiro saque que existiu nos dinheiros públicos durante o consulado do anterior presidente José Eduardo dos Santos (1979-2017). A inoperância da CPLP explica também a ausência de uma política lusófona estruturada que pressione no sentido positivo do termo a um desenvolvimento mais harmonioso dos países que a integram.
A chave de um sucesso renovado de Angola, que não seja superficial ou num modelo esgotado, terá de passar pela diversificação da economia, como se sabe o que tem sido seguido até agora assenta sobretudo na produção petrolífera, muito sujeita às flutuações dos preços avaliados nos mercados financeiros e nalgumas alturas na aposta diamantífera. Falta o resto e não é pouco. Os desafios do futuro são gigantes, mas falta de capacidade de sacrifício não lhes faltará. Caberá a Portugal colaborar com este país irmão, sem complexos coloniais, com a certeza de que este povo martirizado precisa de ajuda.

Filipe Barroso é licenciado em História pela FLUL, autarca, foi vice-presidente da JS FAUL e membro do Secretariado Nacional da JS.

ABRIL e a Igualdade das Mulheres

Parece tão longe o ano de 1910 onde na República Portuguesa o direito de sufrágio universal excluía as mulheres, ou no tempo do regime do Estado Novo, onde as concepções do papel e do lugar da mulher, a interditavam ou lhe colocavam certos condicionantes na escolha de uma carreira.

Esses tempos onde a carreira Diplomática, da Magistratura ou até cargos de chefia na administração local eram vedados às mulheres, em que as enfermeiras hospitalares e as hospedeiras eram proibidas de casar e até as professoras primárias tinham o seu direito de casar condicionado, tendo que pedir uma autorização especial ao Ministério da Educação Nacional para o poderem fazer. Ou onde até 1967, a mulher se fosse casada tinha que ter a assinatura do marido a permitir a celebração de um contrato de trabalho, ou mesmo depois de essa cláusula ter sido retirada, o marido continuar a ter o poder de anular os seus contratos de trabalho.

E, veio Abril, e com ele o sentimento de que era intolerável numa sociedade que queria ser moderna e democrática continuar a existir a descriminação salazarista com base no sexo, sendo de esperar que com o direito de voto conquistado, o direito ao contrato de trabalho sem a autorização do marido, bem como a não existência de profissões proibidas, a igualdade viesse, mas a verdade é que o género é ainda hoje factor de descriminação em vários aspectos, o que impede a mulher de ter uma cidadania plena.

Sim, é certo que nos últimos anos, fruto de diversas circunstâncias como a redução da natalidade, a deslocação das pessoas do interior para o litoral, o acesso ao ensino superior, temos assistido a uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas a verdade é que ainda continuam a existir demasiadas disparidades quer nesse acesso, quer na diferença salarial ou até mesmo nas condições de trabalho.

Continuamos a ter em números demasiado elevados, mulheres que apesar de possuírem graus de escolaridade superiores aos dos homens ainda assim continuam a ganhar bem menos e a ter maiores obstáculos na ascensão e acesso a cargos de direcção.

Um longo caminho foi percorrido desde Abril de 1974, e ainda temos muito que percorrer, mas hoje, as mulheres já têm acesso às mais diversas profissões e sectores de actividade, que embora ainda possuam o estigma de masculinas já não lhes estão vedadas. O factor que mais contribuiu para este reforço foi sem dúvida alguma a educação e, como tal, devemos continuar a lutar pelo ensino gratuito para todos, de forma a dar este e outros poderes de cidadania e democracia aos nossos cidadãos. É este acesso e aumento de educação que permite que as mulheres sejam cada vez mais conscientes e activas na defesa dos seus direitos e da sua cidadania.

No entanto, a mentalidade machista, que prevaleceu durante séculos em Portugal, ainda domina a concepção sociocultural que coloca a mulher num papel secundário, colocando-a em postos de trabalho de qualificação inferior, com baixos salários e escassas possibilidades de ascensão a lugares de topo.

Sim sabemos que esta diferença começa no seio da família, onde a mulher continua a ser, na grande maioria, a responsável pelas tarefas domésticas, pelo cuidar dos filhos e dos ascendentes, acrescentando com isso às horas de trabalho fora, muitas mais horas não remuneradas em casa. E este é, sem dúvida, um grande desafio e obstáculo que temos que ultrapassar, quanto mais não seja porque a discriminação atenta contra a justiça e a igualdade de oportunidades.

As empresas possuem, também, um grande desafio de adaptação e transformação pela frente, entendendo que quando uma mulher necessita de escolher entre a sua carreira e a sua vida familiar, estas podem estar a perder talento.

No entanto, o Estado também tem um grande papel nesta transformação da Sociedade, na desconstrução dos mitos culturais que ainda existem, podendo mesmo afirmar-se que esta é, desde logo, uma tarefa do próprio Estado Democrático. Não podemos esquecer, que apesar de na nossa Constituição estar garantido o princípio da igualdade de salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo, bem como na legislação nacional e internacional, o que se verifica na vida real é que essa igualdade ainda não existe na totalidade.

Olhando para o caso de Portugal, continuamos a verificar que, o mesmo continua a apresentar índices de desigualdade salarial bastante elevados, sendo ainda mais elevados quando se trata de cargos superiores. A Lei da Igualdade Salarial, de Janeiro de 2019, foi um grande passo dado nesta luta, pois aprovou medidas de promoção de igualdade remuneratória, não só no que diz respeito à retribuição base, como a todas as outras remunerações, o que evita que as empresas "fujam" e mascarem a discriminação salarial através de alíneas de remuneração adicional.

Nos últimos degraus da hierarquia, onde a competitividade não tem limites, garanto-vos que o difícil não está em ser a melhor, em ser inteligente, em ter a resiliência, a competência, a capacidade, a vontade e a ambição de vencer, o difícil esta em poder assumir que queremos ser a melhor, em enfrentar as relações de poder que existem na sociedade, em ultrapassar uma cultura com séculos de existência.

Mas a cultura histórica da discriminação não é a justificação para toda a discriminação, continuamos a ter empresas que usam essa desculpa cultural, para continuar a exploração das mulheres, pagando salários mais baixos, exigindo mais horas de trabalho das mesmas (porque uma mulher tem que trabalhar o triplo para mostrar que é tão competente como um homem), aumentando assim os seus lucros.

Para termos uma verdadeira Democracia, um Estado Social, temos que ter uma verdadeira política e cultura de igualdade, onde o trabalho das mulheres seja valorizado, com a erradicação da discriminação salarial, da precariedade, da desregulação dos horários, onde o mérito e a competência estejam acima de algo como o sexo.

No dia em que Homens e Mulheres sejam verdadeiramente iguais é o dia em que podemos dizer que os valores de Abril foram cumpridos. Será o dia em que poderemos realmente festejar Abril.

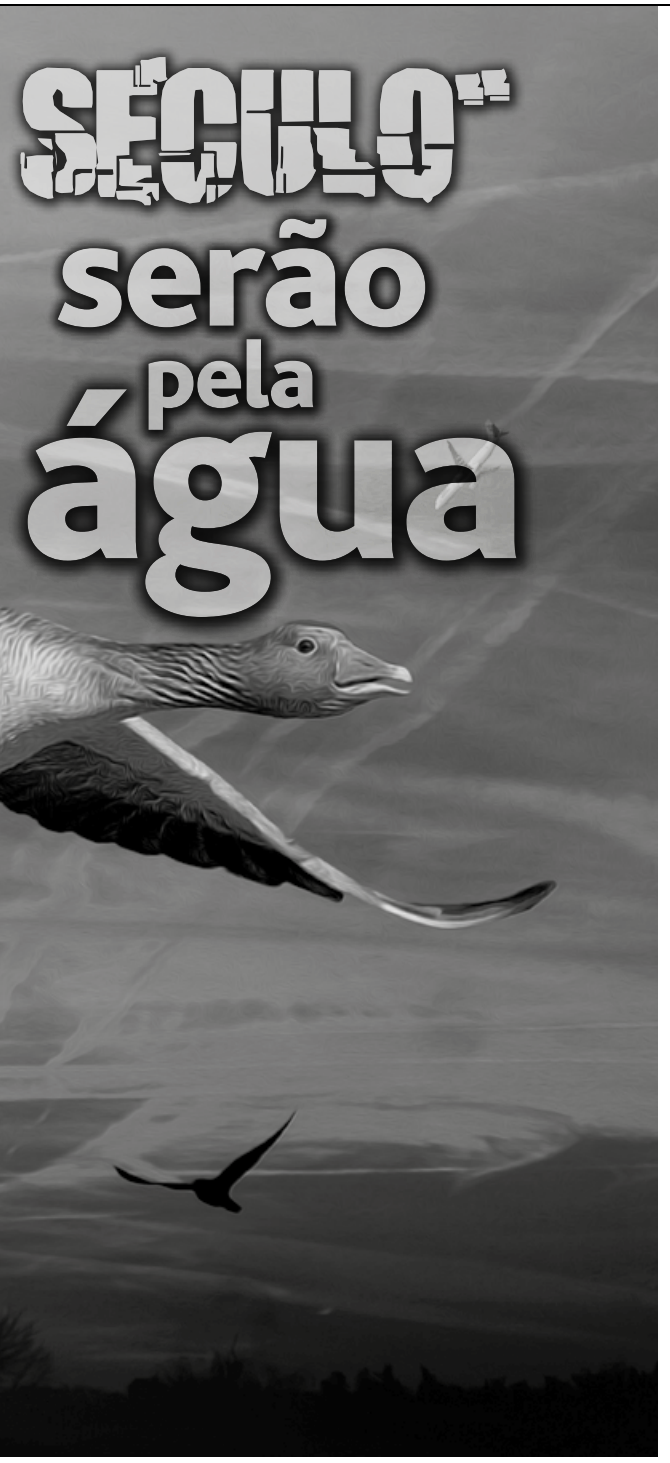
"AS BATALHAS DESTE

Carmen Lima é coordenadora do Centro de Informação de Resíduos da Quercus e coordenadora fundadora do SOS AMIANTO – Grupo de Apoio às Vítimas de Amianto. Trabalha a temática dos Resíduos, das Políticas de Prevenção da produção de resíduos, o conceito da Economia Circular e o tema do Amianto. Iniciou a carreira profissional em 1999, na área da Gestão de Resíduos. É licenciada em Engenharia do Ambiente, pós-graduada em Gestão Ambiental e em Construção Sustentável, e mestre em Planeamento e Construção Sustentável.

Encontra-se a realizar o doutoramento em Engenharia do Ambiente no IST. Tem participado como oradora e moderadora em diversas conferências, seminários e audições em Portugal, no Brasil, em Cabo Verde, na Polónia, na Bélgica e nos EUA. Foi responsável pela apresentação da rubrica «Querido Ambiente» do programa Queridas Manhãs da SIC.

Na sua obra destaca o problema em que se tornará o acesso à água potável, prevê que no futuro decorram guerras pela água, do mesmo modo que no século XX as houve pelo acesso às reservas de petróleo?

CL: Serão as batalhas deste século, a luta pelo acesso a água de qualidade. Muitos países vivem diariamente uma angústia pelo acesso a água em boas condições de salubridade, sem a mesma expõem a sua população a doenças e pragas, enquan-



em que cada um usa como quer, há princípios que devemos respeitar e um deles é o uso sustentável deste recurso.

Sendo Portugal uma nação costeira, não devíamos estar já a ponderar investir em centrais de dessalinização para a obtenção de água potável e centrais hidrocinéticas (energia das ondas) para criação de energia renovável?

CL: Portugal possui reservas de água potável, o problema é que em muitas regiões estas reservas estão ameaçadas pela poluição. As regiões insulares estão mais limitadas, e as centrais de dessalinização poderão ser uma solução viável para a falta de água, sabendo que a mesma se for sujeita a este processo irá sofrer um agravamento do seu preço, daí a importância da gestão sustentável deste recurso, para que não falte no futuro. Sempre que hajam condições favoráveis à implementação de mecanismos que aproveitem os recursos naturais para a produção de energia limpa, os mesmos deverão ser implementados, é um investimento para o futuro da descarbonização em Portugal. Temos locais que pelas suas características são muito favoráveis e este tipo de investimentos.

Na Cimeira do Clima de Dezembro de 2019, 77 países comprometeram-se a reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa até 2050, portanto daqui a 30 anos. Não será isto sinal da morosidade burocrática que demora a aplicar iniciativas consideradas urgentes, exasperando adolescentes como Greta Thunberg? Não estaremos meramente a empurrar com a barriga, adiando as soluções para daqui a décadas ou séculos, quando provavelmente será demasiado tarde?

CL: Nas sucessivas Cimeiras do Clima verificámos que houve avanços e recuos de países relativamente às políticas de prevenção da poluição e redução dos GEE (Gases com efeito de estufa). Parece uma tarefa árdua juntar estes países e promover um compromisso, que em termos temporais está sempre a ser adiado em função do desenvolvimento económico. Curiosamente, um pequeno ser microscópico conseguiu em 2020 parar o Mundo, cessando fábricas, diminuindo a circulação automóvel e aérea e levando a população ativa a adotar novos hábitos de vida e de trabalho, mais suaves e com menos impactes ambientais. A sociedade teve que se

Portugal possui reservas de água potável, o problema é que em muitas regiões estas reservas estão ameaçadas pela poluição

to outros desperdiçam de forma abusiva este recurso, quer nas práticas diárias (banhos, lavar os dentes, lavar as mãos) e por más políticas de gestão de água (com perdas na rede e rega em períodos de maior calor/chuva). Não quero com isto dizer que não se deva tomar banho, lavar os dentes, lavar as mãos regar os jardins. É importante retermos que a "Água" é um bem da Humanidade e que não é um recurso particular

reinventar por questões de saúde, de um dia para o outro, e devemos aproveitar este período para repensar os nossos hábitos de vida e as nossas políticas ambientais (local, nacional e internacional). Provavelmente andámos a empurrar estas decisões ambientais com "a barriga" mas na realidade até conseguiríamos implementar mais cedo caso considerássemos que era uma urgência climática ou planetária.

Refere no seu livro a necessidade de podermos consertar

doméstico da tomada, como por exemplo de um televisor.

Considera que a real implantação da Economia Circular estará mais dependente do poder autárquico que do poder central?

CL: A implementação da Economia Circular terá que ser realizada de uma forma consistente e é importante que seja incentivada quer pelo poder local quer pelo poder central, através de políticas e incentivos que promovam a mudança nas empresas e nos serviços. Para que mudemos o paradigma económico em Portugal, as questões ambientais terão que ser integradas nas escolhas e nas

electrodomésticos que há décadas duravam quase uma vida e actualmente duram apenas dois anos ou pouco mais, tal não implicará duras leis contra a obsolescência programada?

CL: Esse é um conceito que os fabricantes dos electrodomésticos recusam, no entanto o que se verifica nesta época é que os nossos equipamentos duram pouco mais que o tempo da garantia. Quando procuramos reparar não conseguimos, ou porque não existem peças ou porque as mesmas têm preços exagerados, chegando à conclusão que fica quase ao mesmo preço arranjar um electrodoméstico ou comprar um novo, e isto não pode continuar. As políticas europeias já apontam para a obrigatoriedade dos fabricantes assegurarem que os equipamentos têm a oportunidade de serem reparados quando avariam, e isso é fundamental. Não podemos continuar a viver numa sociedade do descartável, em que compramos, usamos e deitamos fora. O Planeta não aguenta tanto lixo.

Aproveitando o seu alerta no que toca ao consumo de energia doméstica, será seguro afirmar que todos os electrodomésticos comuns como microondas ou máquinas de lavar roupa consomem energia mesmo quando não estão a ser utilizados?

CL: Estando ligados à corrente há sempre uma passagem, mínima que seja, de corrente eléctrica. É nesse sentido que em muitas situações é recomendado o uso de mecanismos que permitam cortar a passagem de corrente eléctrica, para anular este efeito, quando não podemos desligar o electro-

Muitas pessoas ainda não se aperceberam que quando falamos de extinção em massa de 75% das espécies, estamos a falar da nossa própria extinção

estratégias das organizações, fomentando as escolhas mais sustentáveis e com menor impacte ambiental.

Quanto às medidas que começamos a ver aplicadas, a troca do plástico pelo papel não incentivará ou agravará o problema da desflorestação, para o qual também alerta?

CL: Não é correto a troca de um material descartável por outro material descartável. A solução passa por reduzirmos o uso destes produtos e limitarmos a sua utilização para as utilizações em que temos que recorrer necessariamente a este tipo de materiais, como por exemplo em meio hospitalar. Por outro lado optarmos por materiais reutilizáveis no nosso dia-a-dia, tal como fazíamos em outros tempos.

As medidas que sugere no seu livro são perfeitamente racionais e aplicáveis com um grau mínimo de esforço, mas o facto de a tecnologia nos ter tornado uma sociedade hedonista e indolente será uma das causas que dificulta a adopção de medidas tão simples como despender uns minutos extra para cortar a nossa própria fruta ou reciclar o nosso lixo?

CL: Tornámo-nos numa sociedade de consumo, em que procuramos produtos prontos a serem consumidos, muitas vezes sem querer perder tempo a descascar a nossa fruta ou a separar o nosso lixo para a reciclagem. Mas não podemos continuar neste formato, teremos que ser proativos e participativos numa ecologia do quotidiano que torne a nossa sociedade mais evoluída.

A indústria automóvel que está actualmente a investir imenso na criação de baterias a lítio mais duráveis não estará meramente a trocar um combustível fóssil finito por uma opção mineral, também ela finita?

CL: Este é aquele tema que na atualidade está em constante mudança, o que hoje é verdade amanhã pode já não ser, e em que na realidade não há uma solução perfeita. Continuamos a acreditar que precisamos de descarbonizar a economia e os nossos transportes, e acreditamos que no futuro essa opção passe pelo recurso ao hidrogénio. Mas enquanto não chegamos lá, as soluções que nos são apresentadas não são isentas de impactes e, na minha opinião, não são soluções limpas.

Noto que muitas pessoas ainda não se aperceberam que quando falamos de extinção em massa de 75% das espécies da Terra, estamos a falar da nossa própria extinção.

Não julga que seria mais útil ao movimento ambientalista tentar passar esta mensagem? Afinal não é a Terra que vai morrer se nada mudar, somos nós!

CL: Essa mensagem tem vindo a ser divulgada em muitas campanhas de sensibilização ambiental, que mostram que nós poderemos ser a próxima espécie a entrar em extinção. Não é o Planeta que terá um fim, mas sim a espécie humana. Assim, como o tema das alterações climáticas em que os ambientalistas levaram anos até serem ouvidos e considerados, nesta temática continuamos a assistir a um silêncio mudo em que ninguém quer aceitar e acreditar nesta teoria.

Considera que seria útil a inclusão de um programa de consciência ambiental no currículo das aulas de Educação para a Cidadania? Não seria talvez a ferramenta mais útil para alertar e formar as próximas gerações?

CL: É fundamental integrar a educação ambiental de forma transversal no ensino em Portugal, desde o 1.º ciclo até aos cursos universitários, em que o tema ambiental e as suas abordagens serão adotadas de acordo com a idade e área de estudo. Não é de excluir também o ensino sénior, em que as gerações estão sensíveis aos impactes ambientais e na saúde.

Hoje o nosso horizonte mostra-nos duas perspectivas em conflito, a primeira de um mundo harmonizado com a sensibilidade ecológica baseada no compromisso com as comunidades, ajuda mútua e a tecnologia e a segunda a antropogénese do aquecimento global, o ressurgimento dos movimentos de extrema direita e o espectro do holocausto e a ameaça nuclear.

A dissolução da autoridade

Parece que para termos futuro o nosso mundo ou sofrerá uma mudança revolucionária radical tão profunda de tal forma que a humanidade se transformará completamente nas suas relações sociais e na própria conceção da vida ou sofrerá um Apocalipse que terminará com o lugar permanente da humanidade no planeta.

Bookchin fala-nos da proposta desse futuro no livro "The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy", na mitologia da desintegração e na dissolução da autoridade. As linhas que se seguem vão também por esse caminho.

A mitologia nórdica conta-nos uma história de um tempo em que a todos os seres estava atribuído um lugar terreno: aos deuses um domínio celeste, Asgard, aos homens a terra, Midgard, por baixo ficava Niffleheim, o domínio escuro e gelado dos gigantes, anões e mortos. Todos estes domínios estavam ligados por um enorme freixo, a Árvore do Mundo. Tinha ramos que chegavam ao céu e raízes que alcançavam as profundezas da terra. Apesar de constantemente mutilada por animais permanecia sempre verde, renovada por uma fonte mágica que continuamente lhe dava vida.

Os deuses que formaram este mundo presidiam na realidade a um precário estado de tranquilidade. Baniram os seus inimigos, os gigantes, para a terra do gelo, Fenris o lobo foi preso e a grande serpente de Midgard afastada e mantida a uma distância segura. Apesar de todos os perigos ocultos prevalecia uma paz geral e havia tudo em abundância, tanto para deuses, para homens e para todas as coisas vivas.

Odin, o deus da sabedoria, reinava sobre todas as divindades, o mais forte e o mais sábio, supervisionava batalhas humanas e escolhia o mais bravo dos perdedores para festejar consigo na sua grande fortaleza, Valhalla. Thor, filho de Odin, era não só um guerreiro poderoso, protetor de Asgard contra os gigantes inquietos, mas também era uma divindade defensora da ordem, fazendo cumprir a fé entre os homens e os tratados. Havia deusas e deuses com fartura, da fertilidade, do amor, da lei, do mar e dos barcos e uma multiplicidade de espíritos animistas que habitavam todas as coisas e todos os seres da terra.

Mas a ordem do mundo começou a partir-se quando os deuses, desejosos de riqueza, torturaram a bruxa de Gullveig, a

fazedora de ouro, e obrigaram-na a revelar os seus segredos. E a discórdia desenfreada entre deuses e homens começou. Os deuses quebraram os seus juramentos; a corrupção, a traição, a rivalidade e inveja dominaram o mundo. Com a quebra da unidade primordial, os dias de Asgard e Midgard estavam contados. A violação inexorável da ordem do mundo levava a Ragnarok – a morte dos deuses sob Valhalla. Os deuses caíram numa batalha terrível com os gigantes, o lobo Fenris e a serpente de Midgard.

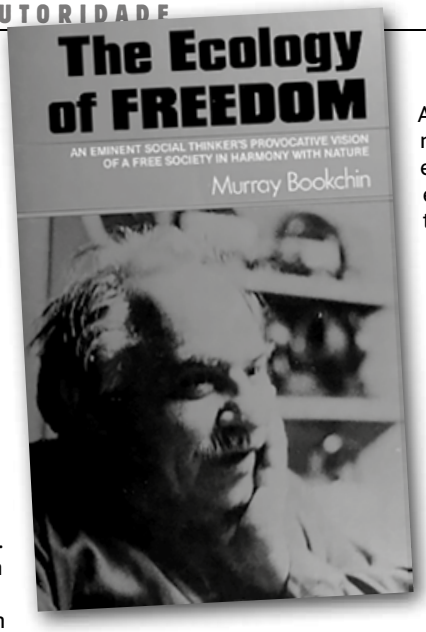
Com a destruição de todos os combatentes a humanidade pereceria também e nada sobraria para além das pedras, oceanos transbordantes num vazio frio e escuro. Tendo pois o mundo se desintegrado no seu princípio, ressurgiria renovado, purgado dos seus males anteriores e da corrupção que o destruiu. O novo mundo que emergiria do vazio não sofreria outro fim catastrófico porque a segunda geração de deuses e deusas aprenderiam dos erros dos seus antecedentes.

O profeta que nos conta a história diz-nos que a humanidade daqui para a frente viveria em alegria para sempre.

Nesta cosmografia parece estar o tema habitual do eterno retorno, uma sensação que o tempo anda à roda e se repete perpetuamente em ciclos de nascimento, crescimento, morte e renascimento. O que a lenda explora é uma área muito pouco explorada da mitologia, a mitologia da desintegração.

O cristianismo selou definitivamente o conceito de tempo histórico linear e unidimensional, numa orientação irreversível e um fim tendencial pré-determinado, a criação *ab initiio* e a encarnação como explicação única total e a parúsia do messias no fim dos tempos, com ascensão dos escolhidos e a danação dos restantes. Mais ou menos desfigurado mas mantendo a estrutura inicial este cenário temporal linear haveria de ressurgir em ideologias afirmando a unidirecionalidade do progresso, das luzes, dos ventos e do fim da história, mas a lista está longe de ser completa, há mais exemplos. Não podemos afirmar a existência de um limite no fim na história da humanidade, um absoluto hegeliano ou um comunismo marxista e nem a confiança no progresso inevitável no compromisso do iluminismo dos avanços tecnológicos.

O que nos assombra nestes mitos de desintegração não são as histórias que relatam mas as profecias que fazem. Tal como



os Nórdicos, ou os medievais, sentimos que mundo está também a partir-se, institucionalmente, culturalmente e fisicamente. Se estamos perante uma nova era paradisíaca ou uma catástrofe ainda não é claro, acho que nunca será, mas é difícil acreditar num compromisso entre o passado e o futuro neste presente ambíguo.

Para obter a sabedoria Odin bebe da fonte mágica que alimenta a Árvore do Mundo. Em troca tem que perder um olho. O simbolismo aqui é claro: Odin tem de pagar um preço, assumir uma penalização, para adquirir o conhecimento que lhe dá o controlo do mundo natural e que viola a prístina harmonia natural. Mas a sua "sabedoria" é de um homem de um olho só. Só vê um lado.

Renúncia à honestidade da perceção em troca da exactidão, predição e acima de tudo manipulação; tornar-se num certo sentido no usual do termo "ciência". Esta ciência que hoje vigora é a visão de um só lado, de um deus de-um-só-olho, cuja vantagem fundamenta a dominação e o antagonismo e não a co-igualdade e a harmonia. Na lenda nórdica a "sabedoria" levou ao Ragnarok, à queda dos deuses e à destruição do mundo tribal. Nos nossos dias a sabedoria de um só olho levou-nos à catástrofe ecológica e à possibilidade concreta da extinção da humanidade. Neste percurso de-um-só-olho conseguimos obter mais liberdade do que os nossos antepassados: temos base material alargada para mais tempo livre, fruição, segurança e potencial para ainda mais liberdade em ligação com a natureza.

Talvez o grande projecto do nosso tempo seja o de abrir o outro olho: ver tudo clara e completamente.

As chamas de Ragnarok purificaram o mundo nórdico. As chamas que ameaçam engolir o planeta deverão deixá-lo sem esperança e hostil à vida como uma testemunha morta de um fracasso cósmico. Ficamos assim com duas alternativas. Podemos tentar acalmar o guerreiro Odin, pacificá-lo e à sua corte e talvez ventilar Valhalla com o sopro da razão e reflexão, tentar arranjar ou emendar os tratados esfarrapados que suportam precariamente o mundo e trabalhar com isto o melhor que consigamos. E depois esperar pelo nosso esforço que Odin se convença a largar a sua lança, a largar a sua armadura e que se preste à doce voz do entendimento e do discurso racional.

Ou podemos usar o nosso esforço para uma reviravolta radical: depor Odin cuja cegueira parcial é evidência de uma sociedade sem esperança e abandonar os mitos contratuais que falsamente harmonizam uma sociedade inerentemente hierarquizada e dividida e ficar assim com a responsabilidade de criar um novo mundo e uma nova sensibilidade baseada na reflexão e na ética da qual somos herdeiros de uma evolução em direção à consciência partilhada.

No entanto, não chega retirar a poesia de que a revolução no nosso tempo necessita do futuro e também não precisamos de abandonar nenhuma das teorias lineares anteriores que bem serviram a humanidade ou uma qualquer outra teoria de noção circular de causalidade que junta o início com o fim. Temos apenas de esculpir a razão coletiva no exemplo, carregada de sensibilidade individual e socialmente emancipatória, seja ela linear ou circular.

O sistema que conhecemos já se foi

26.300 milhões de euros. Como dizia o multibilionário Belmiro de Azevedo, é uma pipa de massa. Temo bem que este número escape por completo – em todos os sentidos, não apenas no literal – aos 5 milhões de portugueses que deles precisam e aos quais davam realmente muito jeito, tipo assim a diferença entre a vida e a não-vida.

O sistema está apenas a tentar manter os privilégios das classes dirigentes. Não é nada pouco: todos os organismos fazem pela vidinha. A questão para a qual não vislumbro resposta é: será suficiente?

Tenho dias em que acho que o sistema já se foi, nós é que ainda não nos caiu a ficha. Democracia, direitos, liberdades, garantias, Constituição, leis — nada dessas narrativas tem já a mínima importância. Não passam de saudosas memórias da parte antiga da população. Cremos que ainda nos enquadram os atos, mas é uma crença um bocado parva se olharmos à volta: nada, em nenhum exercício privado ou público, obedece já a esses compromissos, quanto mais a essa escala de valores.A realidade à nossa volta é o contrário da ficção saída dos séculos XIX e XX, legada pela Revolução Industrial, a Grande Mãe dos direitos que moldaram a Europa e o mundo durante as décadas que se seguiram, até à destruição do World Trade Center em 2001, símbolo de uma inversão na relação entre as pessoas que fora em mau tempo iniciada pela dupla Reagan/Thatcher anos antes.

Já temos uma nova realidade, o que ainda não temos são as narrativas para a nomearmos e nela nos encaixarmos. Uma realidade em que os poderes voltaram a ser muito minoritários e os direitos um duvidoso benefício de uma pequena classe intercalar.

Adenda: não me leiam derrotista ou apocalíptico ou distópico. Não faço ideia. O ciclo de gerações que terminará com a minha tinha a democracia e a igualdade de direitos e responsabilidades como a melhor bolacha do pacote. Mas isso deve-se em larga medida às bolachas anteriores serem gritantemente deficientes.

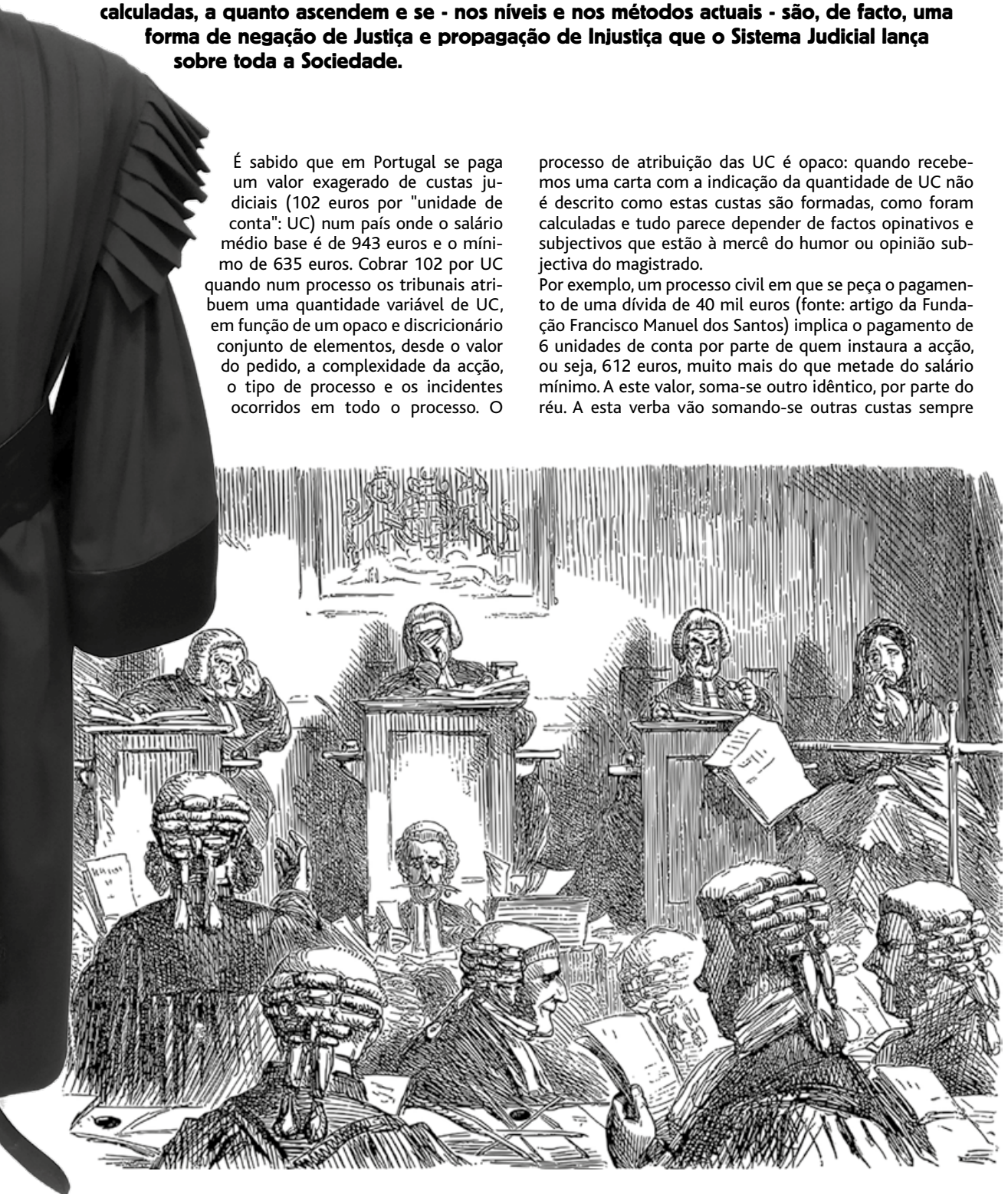
Pode um sistema novamente centrado numa minúscula elite livre que congrega toda a riqueza ser a melhor garantia para uma vida decente para milhares de milhões? Quem sou eu para antecipar se sim ou não. A escala de valores será outra que não a minha.

Temo que não seja possível organizar 7.000 milhões e o acesso aos recursos com as mesmas lógicas da organização de 2.000 milhões.

O meu ponto único é: estamos, ou não, num ponto de viragem deste calibre. Todos os sinais, sem exceção, apontam nesse sentido. O que nos faz continuar cegos? A mesma força usada pelos judeus à porta da câmara de gás?

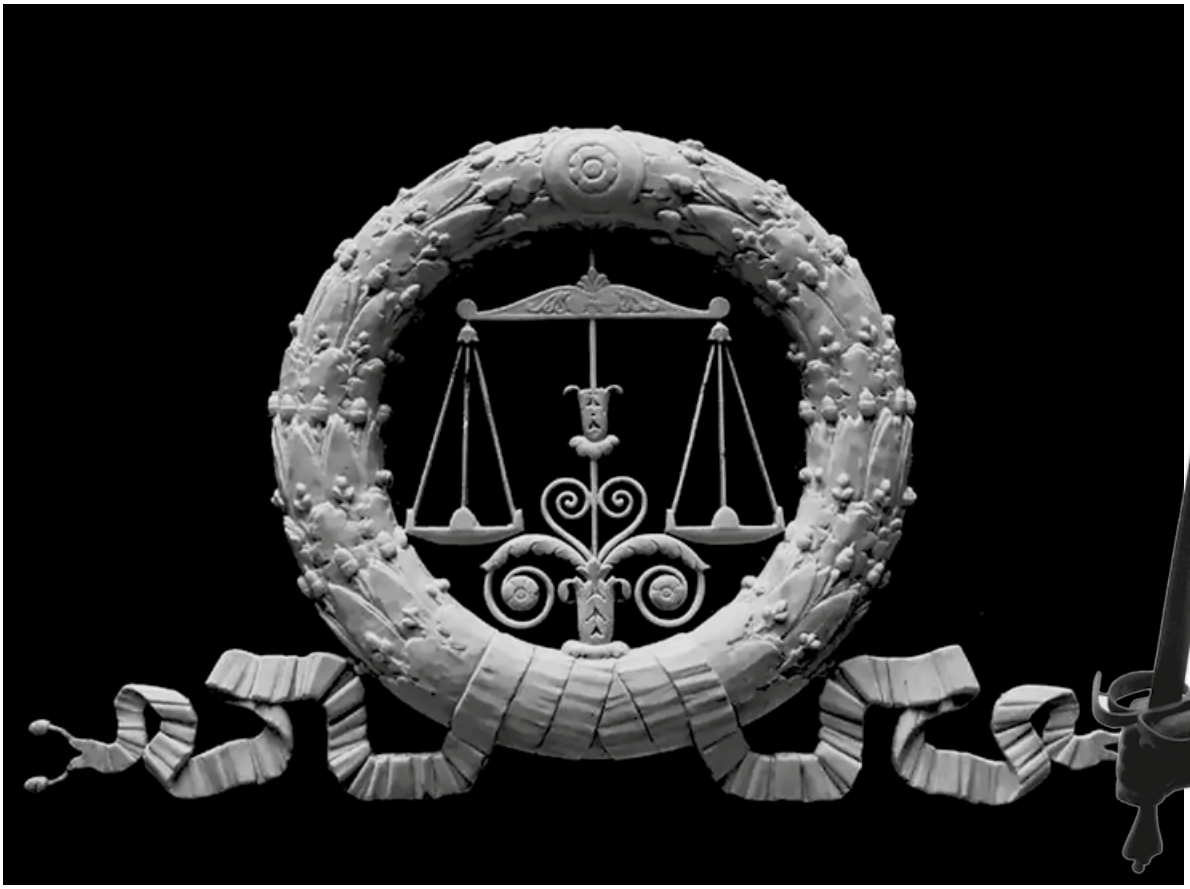
Pela Revisão URGENTE da Opacidade e do EXAGERO das Custas Judiciais em "Unidades de Conta"

Os tribunais são, a par das Forças Armadas e das Polícias, um dos três braços armados da Lei. É por sua decisão que as nossas contas bancárias, pensões, salários e património são abordados quando o Estado pretende realizar algum tipo de cobrança aos seus cidadãos. E como isso acontece, também, através da aplicação das custas judiciais importa perceber como são estas calculadas, a quanto ascendem e se - nos níveis e nos métodos actuais - são, de facto, uma forma de negação de Justiça e propagação de Injustiça que o Sistema Judicial lança sobre toda a Sociedade.



É sabido que em Portugal se paga um valor exagerado de custas judiciais (102 euros por "unidade de conta": UC) num país onde o salário médio base é de 943 euros e o mínimo de 635 euros. Cobrar 102 por UC quando num processo os tribunais atribuem uma quantidade variável de UC, em função de um opaco e discricionário conjunto de elementos, desde o valor do pedido, a complexidade da acção, o tipo de processo e os incidentes ocorridos em todo o processo. O processo de atribuição das UC é opaco: quando recebemos uma carta com a indicação da quantidade de UC não é descrito como estas custas são formadas, como foram calculadas e tudo parece depender de factos opinativos e subjectivos que estão à mercê do humor ou opinião subjectiva do magistrado.

Por exemplo, um processo civil em que se peça o pagamento de uma dívida de 40 mil euros (fonte: artigo da Fundação Francisco Manuel dos Santos) implica o pagamento de 6 unidades de conta por parte de quem instaura a acção, ou seja, 612 euros, muito mais do que metade do salário mínimo. A este valor, soma-se outro idêntico, por parte do réu. A esta verba vão somando-se outras custas sempre



que ocorre um novo requerimento ou recurso, somando-se sempre essa verba à inicialmente paga. Se se tratar de uma Acção Popular (sem custos) de cuja decisão se recorreu há custas e se se recorrer novamente para a Relação, tornam a somar-se mais custas. Ocorre aqui a questão: onde está a tabela de conversão entre valores e UCs cobradas? Porque não é pública e facilmente acessível?

Além da injustiça que é o valor exagerado das custas judiciais existe outra injustiça na opacidade da definição de "complexidade" de um processo: esta definição é totalmente subjectiva e depende da opinião do juiz ou juízes e não contempla recurso nem apelo. A dimensão das peças escritas é, novamente, subjectiva e não sujeita a nenhuma tabela pública e transparente, e o mesmo ocorre com os outros vectores como "nível de especialização jurídica" e nos vectores de "número" e "duração" dos meios de prova sendo que aqui, segundo a mesma fonte, as taxas de Justiça podem ir até às 10,5 unidades de conta (1071 euros! que se somam aos valores anteriores): muitos portugueses não têm este tipo de disponibilidade financeira, mesmo cumprindo os requisitos que não lhe garantem o estatuto de "apoio judiciário".

O processo de cálculo da quantidade de unidades de conta (custas judiciais) carece de revisão urgente por parte da Assembleia da República: não só o seu cálculo é totalmente subjectivo e totalmente dependente da opinião dos juízes (que pode estar condicionada pelo teor da sentença) como

representa uma das maiores intrusões que o Estado pode - num Estado Liberal - fazer aos cidadãos assumindo-se, na prática, como um "confisco" já que pela dimensão anormal que as custas judiciais pós-Troika assumem representam não somente um custo desproporcional para os níveis de rendimento e para os custos da pesada fiscalidade e dos grandes custos com a Habitação que se aplicam em Portugal, como representam também uma forma prática de denegação de Justiça.

As Custas Judiciais são particularmente injustas quando são aplicadas como foram no processo que a associação de moradores Vizinhos em Lisboa moveu contra o grafiteiro (produtor de lixo gráfico) italiano muito activo em Lisboa conhecido como "GECO": no decurso deste processo arquivado e contestado pela associação acabou sendo aplicada à associação um conjunto de 708 euros em custas judiciais. Quando um grupo de cidadãos, organizado numa associação, procurou colmatar uma lacuna do Estado (por inacção ou laxismo) contra um dos muitos grafiteiros que sujam o país e que levaram as câmaras municipais a gastar 26 milhões de euros (metade em Lisboa) nos últimos dez anos a limparem este lixo: o braço armado do Estado que é o Sistema Judicial castigou os cidadãos obrigando-os a pagarem esta verba. Por nos termos atrevido a fazer o que o Estado não soube ou não quis fazer fomos "multados" procurando fazer passar a lição de que os cidadãos não devem ser activos nem intervirem na defesa dos seus/nossos interesses.

Todo o sistema das "custas judiciais" é opaco, brutal (pelos valores), burocrático e discricionário. Porque pagámos na queixa ao GECO 7 unidades de conta e não 2 ou 3? Onde está a "grande complexidade" do processo ou o valor pesado da indemnização (que não pedimos) que poderiam justificar os 708 euros destas "custas"? Será que com esta condenação em custas o Estado pretendeu fazer passar a mensagem de que os cidadão não devem ser activos mas que devem ser passivos e obedientes e deixar que a Justiça continue a mandar para casa grafiteiros com "admoestações" como fez a juíza de Penafiel que em fevereiro de 2019 considerou o ato de fazer graffiti em duas carruagens da CP como "uma estupidez da juventude" e perante uma acusação de "crime de dano qualificado" pelas pinturas efectuadas no comboio mandou para casa os grafiteiros com um "puxão de orelhas" (palavras usadas pela magistrada). Ficaram assim impunes estes produtores de lixo gráfico e a CP, empresa pública, continua a gastar 300 mil euros por ano para limpar uma fracção dos comboios sujos por tags e a Refer e o Metro de Lisboa a gastar uma verba indeterminada mas que não deve ser inferior.

Urge rever o valor exagerado das custas judiciais para um valor mais compatível com o padrão de rendimento dos portugueses. Urge dar transparência ao método de formação das custas judiciais (unidades de conta). A bem da acessibilidade da Justiça e da Transparência do sistema judicial.

A Lisboa rural aqui tão perto

Fábio Morgado é presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos, activista da Juventude Socialista, militante do PS, DJ, entusiasta do submundo do hip hop luso, licenciado em Direito, é jovem e as suas tatuagens fazem com que destoe do cinzentismo a que nos habituamos na figura generalizada do político português, residente num meio rural que por vezes olvidamos ainda existir no Distrito de Lisboa.

Dando uma vista de olhos às notícias que abordam a tua eleição em 2017, nota-se um grande destaque quanto à tua idade, sentiste alguma desconfiança por parte dos cidadãos locais? Ou a nível institucional?

A idade foi um factor diferenciador na eleição em 2017 de forma mais positiva do que negativa. É verdade que existe uma certa desconfiança do sector menos jovem da comunidade, e que se deve tão só à falta de experiência inerente à idade. Contudo, este sentimento vai-se esbatendo cada vez mais no eleitorado, seja em que faixa etária for. Há uma vontade cada vez maior de ter actores políticos com abordagens diferentes, libertos dos vícios antigos, e que demonstrem dinamismo, proximidade e competência para o exercício de cargo público e isso, boa parte dos políticos jovens têm. Quanto ao nível institucional, há uma mudança do paradigma, incluindo nos protocolos, fruto também do (lento) rejuvenescimento não só de quadros mas também da forma de pensar da Administração Pública e, principalmente, das entidades privadas, mais permeáveis a uma mudança de paradigma. Felizmente, e falo na experiência tida até à presente data, a idade foi sempre um factor diferenciador positivo.

Esse interesse pela política surgiu em tenra idade ou foi algo que foi surgindo com a experiência de vida?

Cresci no seio de uma família pouco politizada, pese embora a militância do meu pai no MRPP na sua adolescência. A descoberta da política fez-se naturalmente atendendo que tudo é político na nossa vida, apesar de por vezes não ser possível apreender isso de forma assim tão directa. Talvez o momento marcante da necessidade de intervir como membro activo da comunidade inserido num partido que fosse o reflexo, ainda que imperfeito, do meu pensamento político deu-se no secundário com a leitura de obras na disciplina de Filosofia e no estudo da História, com forte pendor para perceber o pensamento que levou, por exemplo, à revolução francesa ou a revolução de Outubro. Costuma-se dizer, e com razão, que temos de pensar global e agir local e foi essa esperança de poder fazer a diferença na minha rua, no meu bairro, na minha freguesia, no meu concelho que me levou a entrar na vida política activa, como militante de base do Partido Socialista.

Tenho notado um certo fascínio pela contracultura, seja pelo teu gosto pela música urbana ou pelas tatuagens, como se deu essa descoberta?

Parte desta contracultura foi instigada pelo meu pai e pelo bom gosto musical do mesmo dos anos 60, 70 e parte dos 80. O resto veio com a adolescência e o facto de viver num local que fica a 32 quilómetros de Lisboa, mantendo a sua essência rural mas onde os jovens conseguem importar muito do que de bom se faz na capital em termos musicais, artísticos e não só. No fundo, foi um processo de crescimento coletivo, onde o hip-hop e o rap estavam a sair do underground para ganhar um lugar de destaque, e onde haviam bons liricistas com excelentes mensagens políticas e de intervenção social, onde era cool andar com moicanas para distinguir dos demais e fazer o processo gradual da libertação da persona demasiado tradicional para outra mais urbana e capaz de abarcar toda uma realidade que nasce com a ida para a universidade.

Arruda estando a 20/30 minutos de Lisboa sente mesmo assim algum abandono ou distanciamento ao nível da mobilidade metropolitana? Seria útil repensar as ligações ferroviárias da Linha Oeste, por exemplo?

Julgo que não existe abandono ou distanciamento face à mobilidade metropolitana para uma maioria dos arrudenses. Com a construção da A10 tornou-se possível a qualquer arrudense deslocar-se para Lisboa em menos de 30 minutos ou aceder ao transporte ferroviário em menos de 15 minutos. Há ainda um défice no que ao transporte rodoviário de passageiros diz respeito, apesar da constante luta levada a cabo pelo Município para tentar melhorar a oferta, que tem conhecido algumas vitórias numa batalha constante. É por isto que existe uma minoria, materializada nos agregados familiares com menos capacidade financeira, que dependem muito deste transporte rodoviário de passageiros e cuja solução não passa pela criação de uma ligação ferroviária com a Linha do Oeste, atendendo que tal seria insuportável defender perante o custo/beneficio da medida. A solução passará sempre pela melhoria da oferta de transportes públicos já existentes com ligações diretas a Lisboa ou reforço das mesmas a locais onde seria possível aceder ao transporte ferroviário.

Arruda dos Vinhos conta com 13.500 habitantes, 7 mil dos quais eleitores válidos. A que se deve esta disparidade?

Arruda dos Vinhos é um concelho jovem. Ao longo dos últimos anos, especialmente na freguesia de Arruda dos Vinhos, há um aumento de novos moradores que são, geralmente, casais jovens que optam por residir aqui face à qualidade de vida que a nossa freguesia oferece. Com estes novos moradores há um crescimento natural dos habitantes abaixo dos 18 anos, algo que traz desafios interessantes ao nível das políticas públicas, atendendo que os jovens tendem a ser também eles elementos agregadores da comunidade.

Nota-se um abrandamento da paixão pelas liberdades e democracia de um modo geral ao qual Portugal não conseguiu continuar a escapar, sendo de uma geração nascida em liberdade crês que talvez por isso o 25 de Abril se tenha tornado num mero feriado? Ou houve uma má gestão das políticas sociais, causando este alheamento?

Existe, de facto, um alheamento cada vez maior das gerações mais novas na participação política organizada e um desencantamento pela minha geração de tudo o que se encontre dentro dessa categoria. A paixão pela liberdade e democracia não se gera apenas pela vivência histórica da revolução que vivemos em 74, senão hoje não assistiríamos a um fenómeno da ascensão de uma corrente fascista que abarca uma franja da população sem olhar à idade. Da minha perspectiva existe um revisionismo histórico, que torna o regime ditatorial como algo light e que constrói em Salazar uma figura honrada, abstraindo do essencial, das restrições aos direitos e liberdades das pessoas em prol de um regime elitista. Há ainda uma incapacidade dos partidos políticos nascidos da revolução de darem uma resposta a todos os problemas que a sociedade vivencia e, acima de tudo, se adaptar aos tempos em mudança, a um escrutínio cada vez mais permanente e de uma luta efetiva contra a corrupção e pela defesa de valores representativos da nossa sociedade. Há um longo caminho a trilhar para que quem hoje é abstencionista volte a entender a força que o seu voto tem no todo e para que os mais jovens, que não sentiram na

pele o peso da ditadura, entendam que a luta pelos valores democráticos de Abril são uma constante luta diária, conquista permanente e não um mero feriado celebrado no interior da Assembleia da República ou numa mera marcha pela Avenida da Liberdade

Sei que não viste com muitos bons olhos a "descentralização", o que achas que poderia ter sido diferente no decorrer desse processo?

É verdade, sou um crítico da descentralização feita pelo governo, a qual veio transferir mais competências para os municípios e freguesias, nos moldes em que foi construída pelo poder central. Desde logo, o governo pegou no bom exemplo da capital e tentou exportá-lo para o resto do País, sem atender que o Município de Lisboa é uma autarquia à parte do remanescente. Enquanto que em Lisboa o Município e as freguesias foram construindo, em conjunto, uma plataforma e transferindo as competências tendo em conta as especificidades de cada um, na descentralização "central" criaram um conjunto de normas rígidas e que permite adiar a sua implementação, mas que eventualmente se tornam uma realidade que apenas alguns conseguem comportar. Ou seja, em municípios e autarquias mais urbanas e com mais meios humanos e financeiros, a assunção de muitas das competências será quase que natural e benéfico para a população, mas noutras a realidade é outra. Além das disparidades entre autarquias, o pacote financeiro ficou aquém daquilo que seria expectável, sentindo até que o Estado se está a desonerar de problemas, transferindo menos dinheiro do que deveria transferir, o que leva os autarcas a herdar problemas crónicos sem capacidade real para os resolver. Apesar da bondade da medida, e saudar a percepção que muitas das competências devem efectivamente ser prosseguidas por quem melhor conhece o território que governa e conhece as suas idiossincrasias, mas nada disto é feito de forma eficiente sem um robusto pacote financeiro que permita apetrechar os municípios e as juntas de recursos humanos e técnicos para fazer face a uma nova realidade. Ainda mantenho a esperança que isto possa acontecer e que a descentralização possa vingar, atendendo que não tenho a menor dúvida, será benéfico para as populações uma boa descentralização.

www.libertaria.pt facebook.com/libertariapt twitter.com/libertariapt

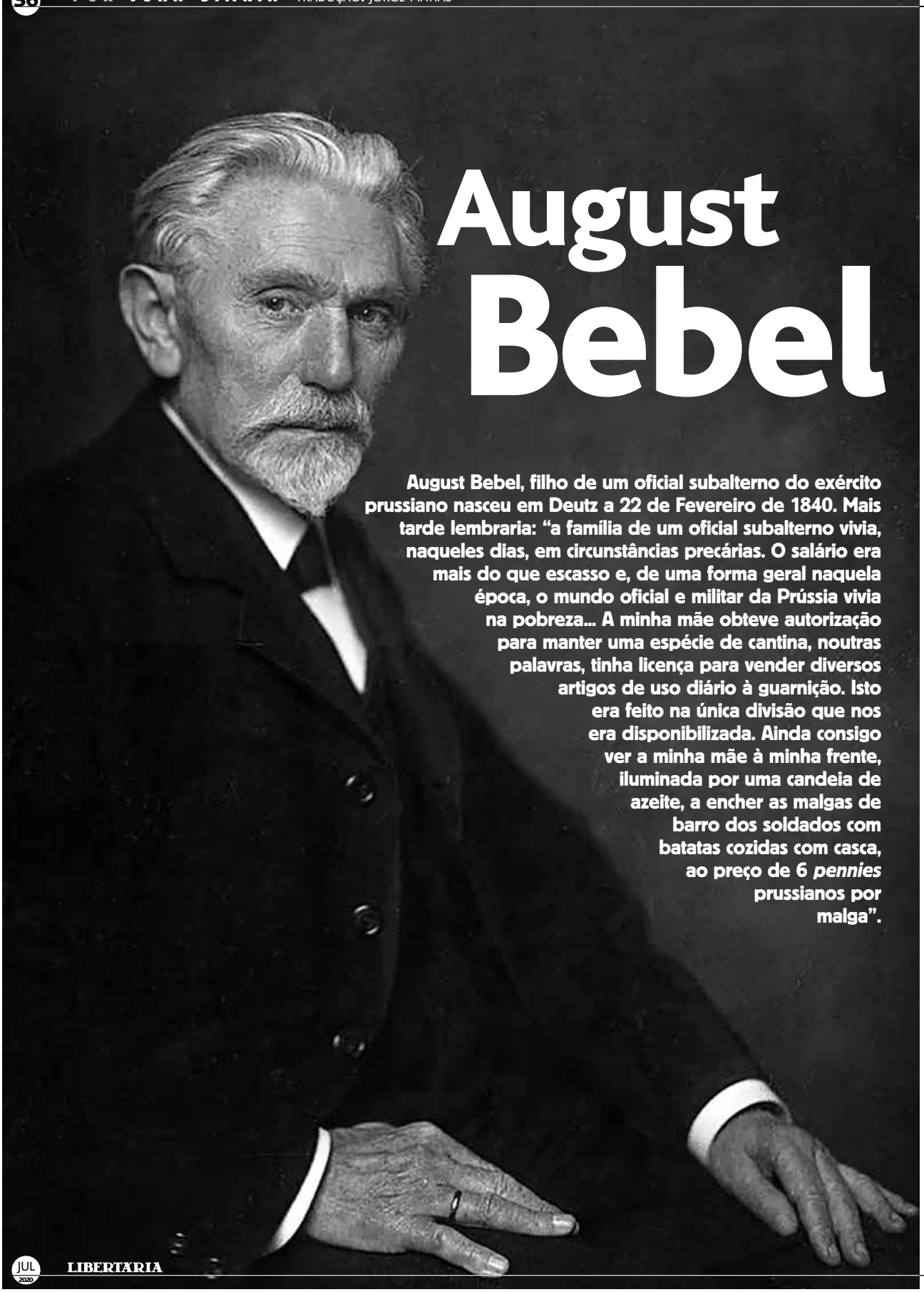
Apoie a Libertária

Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- **Ofereça a Libertária, a revista impressa é um autêntico livro repleto de autores criteriosamente seleccionados e de renome internacional, embora ainda pouco conhecidos em Portugal, não sabe o que oferecer aos seus familiares e amigos de esquerda pelo aniversário ou em épocas festivas como o Natal? Ofereça a Libertária;**
- **Divulgue e doe a Libertária junto da sua biblioteca local. Em todo o território nacional e ilhas adjacentes existem bibliotecas, sejam estas municipais ou propriedade das juntas de freguesia, a maior parte destas aceitam sugestões de aquisição, sugira a compra da Libertária na caixa de sugestões ou, caso seja daquelas pessoas que não gostam de acumular revistas e livros que já leu, doe o seu exemplar, o mesmo vale para as bibliotecas das escolas secundárias, faculdades e universidades da sua zona;**
- **Distribua a Libertária, seja a título pessoal ou colectivo (grupos de amigos, associações e colectividades de âmbito local, nacional ou internacional) pode adquirir um mínimo de cinco exemplares com 50% de desconto sobre o preço de capa e aplicar o lucro nas suas actividades ou, pura e simplesmente, ganhar uns trocos – em tempo de austeridade ninguém leva a mal;**
- **Escreva para a Libertária, faça-nos chegar as suas notícias, sugira colectivos, artistas e autores que se coadunem com a nossa linha editorial, seja no portal libertaria.pt ou na edição em papel, queremos dar uma voz a novas vozes socialistas, ambientalistas, democratas e libertárias;**
- **Passe a palavra, estamos a preparar várias opções de autocolantes e panfletos para divulgação da Libertária, os mesmos estarão disponíveis para venda no libertaria.pt ao preço de custo acrescido de portes de envio, transformemos a Libertária numa comunidade viva!**

patreon.com/libertariapt

August Bebel



August Bebel, filho de um oficial subalterno do exército prussiano nasceu em Deutz a 22 de Fevereiro de 1840. Mais tarde lembraria: "a família de um oficial subalterno vivia, naqueles dias, em circunstâncias precárias. O salário era mais do que escasso e, de uma forma geral naquela época, o mundo oficial e militar da Prússia vivia na pobreza... A minha mãe obteve autorização para manter uma espécie de cantina, noutras palavras, tinha licença para vender diversos artigos de uso diário à guarnição. Isto era feito na única divisão que nos era disponibilizada. Ainda consigo ver a minha mãe à minha frente, iluminada por uma candeia de azeite, a encher as malgas de barro dos soldados com batatas cozidas com casca, ao preço de 6 *pennies* prussianos por malga".

Depois de deixar a escola trabalhou como carpinteiro em Leipzig, Salzburgo e Tirol. Em 1859 tentou ingressar no Exército, mas foi rejeitado por incapacidades físicas. Bebel interessou-se pela política e desempenhou funções em atividades sindicais. Tornou-se socialista depois de ler trabalhos de Ferdinand Lassalle, que popularizara as ideias de Karl Marx.

Bebel distribuiu cópias dos panfletos de Lassalle aos colegas operários. Admitiu, na sua autobiografia, *Reminiscências* (1911): "a carta aberta de Lassalle não obteve uma reacção activa junto do mundo do trabalho ao contrário do esperado: em primeiro lugar, por causa do próprio Lassalle, em segundo, pelo reduzido círculo de seguidores. Da minha parte, distribuí duas dúzias de cópias no International Education Club, com a intenção de dar à outra parte uma hipótese. Que a carta tenha causado tão reduzida impressão sobre a maioria dos trabalhadores dos movimentos daquela época, pode parecer inexplicável para alguns. Mas foi bastante normal. Não só as condições económicas, mas também as políticas, eram bastante retrógradas. Liberdade profissional, liberdade migratória, liberdade para se estabelecer, isenção de passaportes, liberdade para vaguear, liberdade de união e reunião, estas eram as exigências que mais apelavam de perto ao trabalhador da época em vez das associações produtivas subsidiadas pelo Estado, de quais não havia uma clara concepção".

Um grupo de sindicalistas que ficou conhecido como a "Junta" incentivou a criação de uma organização internacional. Esta, incluiria Robert Applegarth, William Allan, George Older e Johann Eccarius. "O objetivo da 'Junta' era satisfazer as novas exigências que eram reclamadas pelos trabalhadores como resultado da crise económica e do movimento de greve. Esperavam alargar a visão mais estreita do sindicalismo britânico, e induzir os sindicatos na participação da luta política".

A 28 de Setembro de 1864, ocorreu uma reunião internacional para a recepção de delegados franceses em St. Martin's Hall em Londres. A reunião foi organizada por George Howell a teve a assistência de um vasto espectro de radicais, incluindo August Bebel, Karl Marx, Friedrich Engels, Élisée Reclus, Ferdinand Lassalle, William Greene, Pierre-Joseph Proudhon, Friedrich Sorge e Louis Auguste Blanqui. Foi presidida pelo historiador Spencer Beesly que perfilou uma "união entre trabalhadores de todo o mundo para a realização da justiça na Terra".

No seu discurso, Beesly "enumerou os processos violentos dos governos e referiu as flagrantes violações do direito internacional. Como internacionalista mostrou a mesma energia ao denunciar os crimes dos governos russo, francês e inglês de igual forma. Exortou os trabalhadores à luta contra os preconceitos do patriotismo, e propôs a união dos trabalhadores de todo o mundo para a realização de justiça na Terra".

A nova organização chamou-se Associação Internacional dos Trabalhadores. Karl Marx foi convidado para fazer parte do Conselho Geral que era composto por dois alemães, dois italianos, três franceses e vinte e sete ingleses (onze deles do sector da construção civil). Marx foi proposto para presidente, mas como mais tarde explicou: "declarei que sob nenhuma circunstância poderia aceitar tal proposta, e propus Odger em meu lugar, que foi de facto reeleito, ainda que algumas pessoas tenham votado em mim apesar da minha declaração".

Em 1865 conheceria Wilhelm Liebknecht. Bebel referiu mais tarde: "a natureza lutadora genuína de Liebknecht baseava-se num optimismo inexpugnável, sem o qual nenhum grande objectivo pode ser alcançado. Nenhum golpe que o atingiu, a ele e ao partido, conseguiu roubar-lhe um único minuto na sua coragem e compostura. Contra os ataques dos antagonistas a sua palavra de ordem era: enfrenta-se um malandro com um malandro e meio. Foi duro e implacável contra os nossos adversários, mas sempre conseguiu ser amigo dos seus amigos e camaradas, tentando amenizar as maiores dificuldades".

Durante os anos que se seguiram trabalharam juntos num esforço para espalhar as ideias de Karl Marx. Em 1869 ganhou um assento no Reichstag. No ano seguinte Bebel e Liebknecht formaram juntos o Partido Trabalhista dos Sociais-Democratas da Alemanha (SDAP). Bebel e Liebknecht também fundaram um jornal, o "Der Volksstaat". Em 1870 usaram o jornal para divulgar a ideia de que Otto von Bismarck teria provocado a França para a guerra e convocaram os trabalhadores de ambos os países para se unirem e derrubarem a classe governante. Em consequência disso,

Bebel e Liebknecht foram presos e acusados de alta traição. Em 1872, ambos foram condenados e sentenciados a dois anos de prisão na fortaleza de Königstein.

Quando foi libertado em 1874 Bebel foi eleito para o Reichstag. No ano seguinte ajudou o SDAP a fundir-se com a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), uma organização liderada por Ferdinand Lassalle, do Partido Social-Democrata (SPD). Nas eleições gerais alemãs de 1877 o SPD conquistou 12 lugares. Isto incomodou Otto von Bismarck e em 1878 este aprovaria uma lei antissocialista que baniu as reuniões e publicações do Partido Social-Democrata.

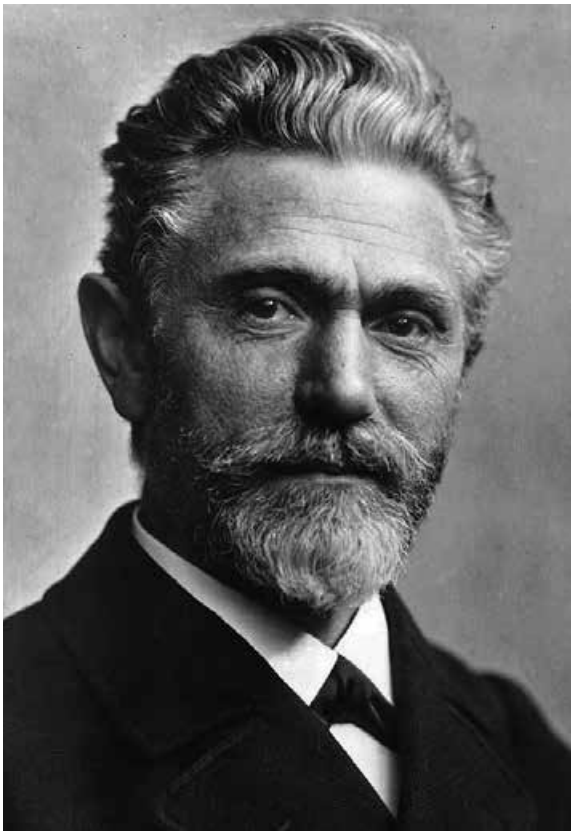
Em 1879, August Bebel publicou "As Mulheres e o Socialismo". No livro, Bebel defendia que era objetivo dos socialistas "não só alcançar a igualdade entre homens e mulheres de acordo com a ordem social, que constitui o único objectivo do movimento burguês de mulheres, mas ir muito além disso e remover todas as barreiras que fazem um ser humano ser dependente de outro, o que inclui a dependência de um sexo em relação ao outro".

O livro teve uma tremenda influência nos militantes do Partido Social-Democrata. Incluindo Karl Schmidt que o tinha dado a ler à sua filha, Käthe Kollwitz. Esta ficou particularmente impressionada com uma passagem do livro que dizia "numa nova sociedade a mulher será totalmente independente, tanto social como economicamente... O desenvolvimento da nossa vida social exige a libertação da mulher da esfera da vida doméstica, e a sua participação na vida pública e nas missões da civilização". Bebel também anteviu a dissolução do casamento, acreditando que o socialismo iria libertar as mulheres do seu estatuto de segunda classe.

Quando cessou a vigência da lei anti-socialista em 1890, o SPD cresceu rapidamente. Contudo, Bebel tinha problemas com divisões dentro do partido. Eduard Bernstein, membro do SPD que tinha vivido em Londres, estava convencido que a melhor forma de alcançar o socialismo num país industrializado era através da acção sindical e da política parlamentar. Publicou uma série de artigos em que defendia que as previsões de Karl Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo não se tinham realizado. Apontava que o ordenado real dos trabalhadores tinha subido e que a polarização das classes, entre o proletariado oprimido e os capitalistas, não se tinha materializado. Nem o capital se tinha concentrado em menos pessoas. As visões revisionistas de Bernstein foram reveladas no seu livro extremamente influenciador "Socialismo Evolutivo" (1899). A sua análise do capitalismo moderno subverteu as aclamações de que o marxismo era uma ciência e incomodou revolucionários de relevo, tais como Vladimir Lenine e Leon Trotsky.

Em 1901 Bernstein voltou à Alemanha. Isso encaminhou-o para o centro do conflito com a ala esquerda do Partido Social-Democrata que tinha rejeitado as suas visões revisionistas sobre como se poderia alcançar o socialismo. Esta incluía pessoas como Bebel, Karl Kautsky, Clara Zetkin, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, que acreditavam que a revolução marxista ainda era possível.

Durante a revolução falhada de 1905 (na Rússia), Luxemburgo e Leo Jogiches regressaram a Varsóvia onde foram logo presos. As experiências de Luxemburgo ao longo da revolução falhada alteraram as suas visões sobre a política inter-



nacional. Até então, Luxemburgo acreditara que a revolução socialista teria lugar num país industrializado e avançado como França ou Alemanha. Agora, defendia que poderia acontecer num país subdesenvolvido como a Rússia.
No Congresso do Partido Social-Democrata em setembro de 1905, Rosa Luxemburgo exortou os militantes do partido a inspirarem-se na revolução falhada da Rússia. "Revoluções anteriores, especialmente a de 1848, mostraram que em situações revolucionárias não são as massas que têm de ser controladas, mas os deputados e advogados, por forma a não traírem as massas e a revolução". E continuou citando o *Manifesto Comunista*: "os trabalhadores nada têm a perder senão as suas correntes; têm um mundo a conquistar".
Bebel não partilhava a visão de Luxemburgo de que aquela seria a hora certa para a revolução. Mais tarde referiria: "ao ouvir tudo aquilo, não consegui evitar olhar um par de vezes para as pontas das minhas botas para ver se não estariam já encharcadas de sangue". Contudo, preferia Luxemburgo a Eduard Bernstein e indicou-a para o conselho editorial do jornal do SPD, "Vorwärts" (Avante). Numa carta para Leo Jogiches esta escreveria "o conselho editorial irá ser composto por escritores medíocres, mas ao menos serão *kosher* (aceitáveis)... Agora os esquerdistas terão de mostrar que são capazes de governar".
Em 1906 Rosa Luxemburgo publicou as suas ideias sobre a revolução no "A Greve de Massas, o Partido Político e os Sindicatos". Defendia que a greve geral tinha poder para radicalizar os trabalhadores e fazer nascer uma revolução socialista. "A greve de massas é a primeira e natural forma impulsiva de todas as grandes lutas revolucionárias do proletariado e quanto mais desenvolvido for o antagonismo entre o capital e o trabalho, mais eficiente e decisivo se tornará a greve de massas. A forma de liderança burguesa das anteriores revoluções, as lutas e as barricadas, o conflito aberto face ao poder armado do Estado, são apenas o ponto culminante das revoluções actuais, apenas um momento no processo da luta proletária das massas".
Estas visões não eram bem acolhidas por Bebel e outros líderes partidários. Luxemburgo escreveu a Clara Zetkin "resumindo, a situação é esta: August Bebel, e tantos outros iguais, despenderam todo o seu tempo em defesa do parlamentarismo e nas lutas parlamentares. Sempre que alguma coisa acontece que transcenda os limites parlamentaristas, ficam completamente desesperados – não, bem pior que isso, tentam forçar tudo de volta aos moldes parlamentares, e atacam furiosamente como inimigo do povo todos os que queiram ir além desses limites".
Apesar destes conflitos entre a ala esquerda, liderada por Rosa Luxemburgo, e a ala direita liderada por Eduard Bernstein, os socialistas ganharam 110 assentos no Reichstag nas eleições de 1912. O Partido Social-Democrata (SPD) era agora o maior partido político na Alemanha.
August Bebel faleceu de ataque cardíaco a 13 de agosto de 1913, durante uma visita a um sanatório em Graubünden, na Suíça. Tinha 73 anos de idade quando morreu. Foi sepultado em Zurique.

© spartacus-educational.com | Todos os direitos reservados, publicado sob expressa autorização.

Dia das Vítimas do Capitalismo

Na "Reason", Ilya Somin, mantendo a prática anual adoptada desde 2007, escolheu o 1 de Maio – Dia do Trabalhador – como data para celebrar o "Dia das Vítimas do Comunismo". Somin cita a "autoridade" do Livro Negro do Comunismo como fonte para a estimativa de 80-100 milhões de mortos no século XX. Para colocar o descritivo dessa "autoridade" em perspectiva, este apanhado das polémicas – incluindo polémicas entre os autores – no que diz respeito às preocupações com a metodologia, e a um dos autores ter exagerado os números para alcançar a bela e redonda soma de 100 milhões, talvez seja de interesse.

Proponho um Dia das Vítimas do Capitalismo, para assinalar as mortes causadas pelo capitalismo (julgando o capitalismo pelos mesmos padrões que Somin aplica ao comunismo).

Devo afirmar, em jeito de esclarecimento, que como anarquista não tenho qualquer desejo de branquear o registo histórico dos regimes marxistas-leninistas (ignorando desde já se a associação exclusiva da etiqueta de "comunista" ao leninismo e ao marxismo-leninista – uma associação encorajada tanto pelos marxistas-leninistas como pelos apologistas do capitalismo – em prejuízo do marxismo não-leninista e de outras tradições comunistas libertárias, é legítima). Os militantes das tradições marxcianas não leninistas, e ainda menos os anarquistas e os de outras tradições socialistas marxcianas, não se deram lá muito bem nos ditos "Estados dos trabalhadores". Nem os próprios trabalhadores, já agora, como prova a supressão dos comités fabris sob Lenine. E quer as estatísticas do Livro Negro tenham sido em maior ou menor grau especuladas, é certo que o projecto marxista-leninista esteve sempre disposto a quebrar mais do que alguns ovos; e as suas omeletes enveredaram por vias autoritárias extremamente modernistas ou desenvolvimentistas que infelizmente se assemelham aos primórdios da indústria na História do capitalismo.

Agora, longe de mim contra-atacar o capitalismo em defesa do "comunismo", reconheço que o marxismo-leninismo tem sido um sistema de poder de classe autoritário e extractivista. Ataco o capitalismo bem como o marxismo-leninismo como sendo outro sistema de poder de classe autoritário e extractivista, de igual modo alicerçado no Estado e com um número de mortes comparável ao do "comunismo".

Vamos lá começar. Claro que temos o mais óbvio – todas as mortes causadas directamente pelos Estados ou pelos capitalistas ao longo dos séculos, com o intuito de maximizar o lucro capitalista.

A violência estatal tem estado intimamente presente na História do capitalismo desde o seu surgimento. O pré-requisito central do capitalismo é a separação entre a força-de-trabalho e os meios de produção, com o intuito de obrigar a esmagadora maioria das classes produtivas a entrar no mercado do trabalho assalariado, propriedade dos capitalistas. Tal inclui a circunscrição de campos abertos no período final do medievalismo e nos primórdios da Europa moderna, a circunscrição parlamentar das pastagens e do refugo na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Inclui também uma anulação semelhante da utilização tradicional da terra por parte dos camponeses em todo o mundo colonial, sob administração europeia, desde os tempos de Warren Hastings: a expropriação e genocídio das populações indígenas da América do Norte e da Austrália, a criação do sistema de fazendas na América Latina, a expropriação dos 20% do solo mais fértil da África Oriental britânica (e acções semelhantes por parte das potências europeias em toda a África e restantes possessões coloniais à volta do mundo), e um roubo constante de terras e suas circunscrições pelos regimes neocoloniais desde a independência após a Segunda Guerra Mundial. Para

termos uma ideia do custo humano da imposição da agricultura capitalista em África, tenhamos em conta o exemplo da guerra do rei Leopoldo no Congo belga.
Inclui os milhões de mortos nos barcos esclavagistas transatlânticos, e as vidas furtadas e encurtadas pela utilização de mão-de-obra escrava para lucro da agricultura capitalista. Inclui a supressão violenta da concorrência económica à indústria europeia (e.g. as Leis Calico no Bengala).
Inclui todas as guerras sangrentas, invasões, golpes e apoios ao terrorismo – tanto pelos poderes coloniais como pelos neocoloniais – com o intuito de manter o governo capitalista sobre as terras e recursos expropriados e frustrar qualquer reforma agrária. Na realidade algumas das páginas mais sangrentas do Livro Negro do Capitalismo – os assassinatos de centenas de milhar por Suharto na Indonésia (com a delegação da CIA em Jakarta a providenciar as listas de alvos), o derrube de Arbenz na Guatemala e os exuberantes esquadrões da morte que se espalharam por toda a América Central durante décadas, a vaga de golpes fascistas pela América do Sul sob a Operação Condor – levadas a cabo para "combater o comunismo". A guerra dos EUA no Vietname foi travada, na sua maior parte, para manter a borracha e o estanho desse país integrados na economia empresarial americana. Na realidade, a principal motivação dos EUA, em encontrar um pretexto para a guerra contra o Japão, foi a ameaça do Japão poder retirar os recursos e os mercados da indochina francesa, das Índias Orientais holandesas, etc., da Grande Área que era necessário reter sob controlo dos EUA para a sua sobrevivência e integrá-la na autarcista Grande Esfera de Prosperidade Mútua da Ásia Oriental. A documentação interna dos anos 40 e 41 do Departamento de Estado está repleta de alertas quanto à possibilidade do capitalismo americano não conseguir sobreviver de forma reconhecível sem ter garantido o seu acesso ao estanho e à borracha indochinesas, ao petróleo da Índia Oriental e por aí fora, acompanhado da clara intenção de iniciar uma guerra com o Japão por todos os meios possíveis caso esse acesso fosse imediatamente ameaçado.
A política externa dos EUA do século XX guiou-se acima de tudo pelas necessidades expansionistas do capital. As elites empresariais americanas (bem como as elites capitalistas das potências coloniais europeias) tendo experienciado a Depressão e a inquietação trabalhista dos anos 90 do século XIX, viram-no como sendo resultado de uma crise de hiperprodução de capital, da indolência da capacidade industrial e de um subconsumo que só poderiam ser remediados por intermédio da conquista de novos mercados e da exportação de capital de investimento. Assim o cerne fulcral da política externa dos EUA tornou-se no que William Appleman Williams apodou de "Imperialismo de Portas Abertas", cuja característica era definida pelo policiamento da supracitada Grande Área de modo a evitar a sua deserção.
Smedley Butler, major-general da Marinha na reforma, foi bastante honesto quanto aos interesses de classe defendidos em todas as guerras em que combateu.
Despendi trinta e três anos e quatro meses de serviço activo como membro da força militar mais ágil deste país, o Corpo de Fuzileiros.

Servi em todos os cargos desde segundo-tenente até major-general. E durante esse período, passei a maior parte do tempo a ser os músculos de primeira para o Grande Capital, para Wall Street e para os banqueiros. Resumindo, fui um extorsionista, um gangster ao serviço do capitalismo.

* * *

O problema da América é que quando o dólar só rende 6 porcento aqui, fica irrequieta e vai além-mar para ganhar a 100 porcento. Depois a bandeira vai atrás do dólar e os soldados vão atrás da bandeira.

* * *

Auxiliei a tornar o México e principalmente Tampico seguros para os in-

teresses petrolíferos americanos em 1914. Ajudei a tornar o Haiti e Cuba num sítio decente para os rapazes do National City Bank lá poderem ir buscar os seus rendimentos. Ajudei na violação de meia dúzia de repúblicas centro-americanas em benefício de Wall Street. Auxiliei a purificar a Nicarágua para a Banca Internacional dos Brown Brothers em 1902-1912. Levei a luz à República Dominicana para os interesses do açúcar americano em 1916. Ajudei a que as Honduras ficassem no ponto para as empresas frutíferas americanas em 1903. Em 1927 na China ajudei a garantir que a Standard Oil se mantinha sem que a molestassem.

A expropriação não foi algo que ocorreu uma única vez para permitir o início do capitalismo. O que David Harvey apoda de "acumulação pela expropriação" é uma característica permanente do capitalismo até à data. O Livro Negro do Capitalismo inclui a privatização e circunscrição dos bens de interesse comum sob o neoliberalismo, normalmente extorquidos pelo FMI ao abrigo de programas de reajustamento estrutural.

Resumindo: ao longo dos últimos séculos a esmagadora maioria do solo arável e recursos da Terra viram anulados todos os seus direitos de usufruto tradicional e comunitário, e foram convertidos em propriedade de donos capitalistas ausentes – no interesse do capital. A maior parte da população mundial foi forçada a separar-se dos seus direitos de usufruto no que aos meios de produção diz respeito e guiada como bestas a tornar-se assalariada – no interesse do capital. E o mundo capitalista infligiu incomensurável morte e devastação, no mundo todo – no interesse do capital – sempre que este sistema de propriedade imposto pela violência e o regime de assalariados se viu em risco.

Até agora só nos debruçamos sobre a violência directa, visível e dramática. Mas toda esta mortalidade visível empalidece quando comparada com a estimativa no "Ocultado" de Bastiat. Nomeadamente, todas as mortes que são resultado indirecto da acção do Estado em favorecimento dos capitalistas. Todas a mortes mencionadas previamente partem de eventos "fora da normalidade" que decorreram no início do sistema capitalista, para a sua implantação, ou no processo recorrente de forçar a norma capitalista em todo o planeta. Sabem, todas aquelas coisas que o sistema de ensino americano e a comunicação social varrem para debaixo do tapete, e das quais a maior parte dos americanos nunca ouviu falar. Agora vamos analisar todas as coisas "normais", tudo aquilo que os americanos aceitam como meramente inevitáveis ou parte normal da vida do dia-a-dia, "as coisas são assim" – e todas as mortes que daí resultam.

A expropriação da terra e dos recursos, e a privatização de bens comuns necessários à sobrevivência, deixaram um legado de séculos de desigualdade, destituição e fome que é menos dramático, mas que a longo prazo é ainda mais letal. O *Livro Negro do Comunismo*, recordem, não restringe a estimativa de mortes causadas pelo comunismo às mortes directamente infligidas pelos Estados marxistas-leninistas. Inclui fomes que resultaram da má gestão por parte do Estado, ou como efeito não intencional de políticas que foram aplicadas por outras razões (e.g. a fome na China durante o Grande Salto em Frente).

Tal significa que, para determinar a estimativa de mortes causadas pelo capitalismo, devemos incluir todas as mortes que resultam da desigualdade ou da pobreza estrutural sob o capitalismo, resultado da expropriação em massa de terras e recursos, concentração da riqueza e extracção recorrente das rendas económicas.

Paremos e analisemos: longe da versão que obtemos da História – na qual a fome mundial resulta da persistência na utilização de formas "primitivas" pré-capitalistas de produção agrícola, como alertaram Norman Borlaug e a Revolução Verde – a verdade é que o mundo produz comida suficiente para dez mil milhões de pessoas, e a fome é total responsabilidade da má distribuição. Sendo mais específico, a fome ocorre principalmente entre aqueles que foram despejados das terras nas quais anteriormente se alimentavam, bem como os seus descendentes, para que a sua terra fosse convertida

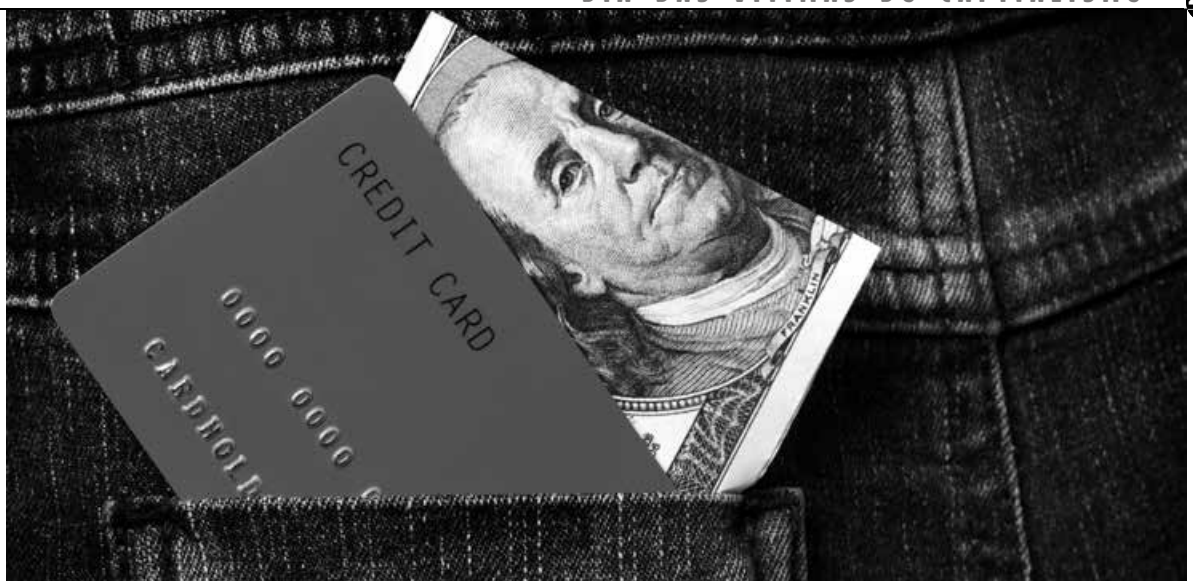
em produções agrícolas lucrativas. E muitos dos cereais que outrora teriam alimentado imensos seres humanos são agora utilizados para alimentar gado bovino para abastecer as necessidades dos mercados urbanos no estrangeiro. Sendo descarado, os descendentes dos expropriados e roubados não têm dinheiro para competir naquela "democracia do dólar" que os libertários de direita tanto gostam. Todos aqueles que passam fome nas ruas de Calcutá, seja porque os seus antepassados foram despejados por Warren Hastings, seja por eles próprios terem sido despejados pelo FMI, são vítimas do capitalismo. Todos os que morrem em Flint graças à privatização e circunscrição da água, que falecem na América por não poderem pagar cuidados de saúde, que padecem com problemas de saúde e subnutrição por viverem num deserto alimentar, ou da poluição que é desproporcionalmente despejada nas comunidades onde vivem as pessoas mais pobres ou as pessoas de cor, são vítimas do capitalismo.

Quanto à estimativa de mortes destes acontecimentos "normais", o capitalismo está em dificuldades se o seu próprio Livro Negro empregar a mesma metodologia que foi aplicada no *Livro Negro do Comunismo*. Ao contarem as mortes causadas pela fome, doença, etc., sob o comunismo – em justaposição com as mortes deliberadamente infligidas por razões políticas – para chegar ao seu total, os autores do Livro Negro deixam aberta a possibilidade de contarmos de igual modo o excesso de mortalidade que resulta da fome ou das doenças associadas às circunscrições e despejos dos primórdios da Europa moderna e do mundo colonial. O mesmo vale para todas as mortes que resultam das desigualdades económicas sob os governos pós-coloniais ou sob os regimes neoliberais, tanto na periferia como no centro.

Por exemplo, Noam Chomsky defende que, se em vez de nos limitarmos a comparar os números de óbitos na China e na Índia durante os anos da fome, olharmos também para o excesso de mortalidade na Índia quando comparado com a da China em anos "normais", a perspectiva altera-se drasticamente.

[Amartya Sen] realça que a Índia e a China tinham "parecenças bastante gritantes" quando iniciaram a planificação do seu desenvolvimento há 50 anos, incluindo na taxa de mortalidade. "Mas há poucas dúvidas de que no que à mortalidade, mortalidade e longevidade diz respeito, a China lidera claramente sobre a Índia" (também na educação e noutros indicadores sociais). Estima que o excesso de mortalidade na Índia comparado com a China se aproxime de 4 milhões anuais: "a Índia parece conseguir atingir a cada oito anos uma fasquia que a China só atingiu nos seus anos da vergonha", 1958-1961.

Em ambos os casos, os desfechos têm a ver com as "predisposições ideológicas" dos respectivos sistemas políticos: na China há uma distribuição relativamente igualitária dos recursos médicos, incluindo nos meios rurais, e uma distribuição pública dos alimentos, coisas que não existem na Índia... Ultrapassando a amnésia, suponhamos que agora aplicávamos a metodologia do Livro Negro e dos seus revisores à História como um todo, e não só à parte doutrinariamente



aceitável. Concluiremos então que na Índia o "experimento" democrático capitalista desde 1947 causou mais mortes do que em toda a História do "colossal e imenso falhanço do... experimento" do comunismo em todos os lados desde 1917: mais de 100 milhões de mortes em 1979, dezenas de milhões mais desde então, só na Índia. O "preceito criminoso" do "experimento democrático capitalista" torna-se ainda mais grave se nos debruçarmos sobre os seus efeitos desde a queda do comunismo: milhões de cadáveres na Rússia, para vislumbrarmos outro caso, na medida em que a Rússia seguiu confiantemente a receita do Banco Mundial de que "países que liberalizam rapidamente e mais amplamente recuperam mais depressa [que aqueles que não o fazem]", regressando ao que fora antes da Primeira Guerra Mundial, uma imagem familiar através do "Terceiro Mundo". Mas "não conseguimos fazer uma omeleta sem partir uns ovos", como teria dito Estaline. A acusação torna-se muito mais grave se tivermos em conta que as vastas áreas que permaneceram sob tutela ocidental, atingem um registo verdadeiramente "colossal" de esqueletos e um "sofrimento absolutamente fútil, desnecessário e inexplicável". A acusação ganha ainda mais força se lhe acrescentarmos as somas dos países devastados como resultado directo dos assaltos das potências ocidentais, no mesmo período. Todos os que morrem de fome porque não conseguem comprar alimentos, cujos antepassados produziam directamente comida para sua subsistência antes de serem despejados e empurrados a entrar no mercado assalariado (ou a irem para as ruas), são vítimas do capitalismo. Qualquer libertário de direita que consiga ter lido este texto até aqui terá certamente vociferado repetidas vezes a sua objecção de que "o capitalismo não é isso!" Tal é, afinal, o padrão da constrição da direita libertária quando confrontada com o número de mortos causados pelo capitalismo real.

Não, não caro amigo. Tu e os quejandos da direita libertária elogiam constantemente o actual sistema capitalista por todas as coisas maravilhosas que este criou, como o iPhone, e por benefícios como o suposto "declínio global da pobreza extrema". Mas o capitalismo empresarial transnacional que louvam foi erguido tendo por base todas as atrocidades que enumerei acima, e em muitos casos continua a lucrar perpetuamente com esse legado. Vejamos a Apple, por exemplo. Se o iPhone é o seu fruto, o roubo e a extracção dos rendimentos são as raízes dessa pútrida árvore. São parte integral do seu modelo de negócio. Quando assumimos o crédito de ter feito a salsicha, temos também de acatar a culpa por cada bocado de osso, cabelo, vísceras e miudezas que esta levou. São inseparáveis.

Como tal os defensores do capitalismo representam a longa e sangrenta história de morte registada nas páginas do seu próprio Livro Negro, tanto quanto qualquer marxista-leninista representa a fome na Ucrânia, as purgas estalinistas, a fome decorrente do Grande Salto em Frente ou os campos da morte no Camboja. Essas mortes, recordadas no Dia das Vítimas do Capitalismo, são vossas. Este Livro Negro é vosso. Aceitem-no como tal, ou calem-se de uma vez por todas acerca do "comunismo".

www.libertaria.pt facebook.com/libertariapt twitter.com/libertariapt

LIBERTÁRIA apoie a

Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- **Acompanhe-nos no Facebook e no Twitter, o mundo real hoje passa muito pela realidade virtual e pela dinâmica das redes sociais, nas nossas páginas encontrará os textos mais recentes do nosso portal, o meme ocasional e a divulgação de textos pertinentes à nossa linha editorial, partilhe-os com os seus amigos e seguidores;**
- **Efectue um donativo, no portal patreon.com/libertariapt poderá encontrar várias opções de donativos, sejam pontuais ou frequentes, não há um valor mínimo, contribua com o valor que achar que merecemos;**
- **Inclua-nos no seu testamento, caso preze os valores da liberdade, da igualdade e da democracia – que actualmente se encontram sob ataque cerrado – garanta a perpetuação da Libertária como foco de disseminação do socialismo democrático, seja uma módica quantia ou uma cave que possamos utilizar como armazém ou sala de conferências, a Libertária perpetuará o seu legado;**
- **Organize uma tertúlia ou sessão de apresentação da Libertária, faremos o possível por estar presentes (convém agendar com algumas semanas ou um mês de antecedência). A tertúlia é uma tradição portuguesa que em muito contribuiu para a disseminação do ideário libertário e socialista democrático, queremos ouvir a sua opinião e trocar ideias.**

patreon.com/libertariapt

[Alguma coisa] PUNK em Portugal

Os movimentos literários punk, como cyberpunk, steampunk (ou vaporpunk), solarpunk têm tido uma expressão relativamente pequena em Portugal - aliás como a maioria dos movimentos literários que envolvam a ficção especulativa, seja a ficção científica, seja a fantasia ou o horror. Ainda assim, têm surgido alguns eventos e publicações interessantes, sobretudo nos últimos anos.

Do punk ao cyberpunk

Anti-autoridade, anti-corporativismo, anti-consumo - o movimento punk pode ser descrito de diversas formas, mas de uma maneira genérica pode ser definido como um movimento oposto a convenções sociais e governamentais, promovendo a liberdade individual em diferentes formas de expressão, desde as artes visuais, aos filmes e, claro, passando pelos livros.

Pegando nalgumas características do movimento punk, como a resistência à autoridade ou a oposição à influência das grandes corporações, alguns meios artísticos desenvolveram, dentro da ficção especulativa, mais propriamente na ficção científica, um movimento literário que cruza as tendências punk com elementos tecnológicos e futuristas.

Estamos a falar, claro, do Cyberpunk, um sub-género que nos apresenta um futuro onde a tecnologia é levada ao extremo, mas que, de uma forma genérica, é propriedade de grandes corporações. Nestas distopias os governos são controlados pelas corporações que escolhem quem lhes pode ser útil e, consequentemente, quem tem acesso à riqueza.

No mercado anglosaxónico obras como *Neuromancer* (ou em português *Necromante*) de William Gibson marcaram o nascimento do género Cyperpunk. Destaca-se o *Do Androids Dream of Electric Sheep* (*Será que os Andróides sonham com Ovelhas Eléctricas*) ou o movimentado *Altered Carbon* (*Carbono alterado*) de Richard Morgan. Fora desse mercado, a trilogia Bruna Husky da espanhola Rosa Montero (uma excelente homenagem a *Blade Runner*) não pode passar esquecida. Já em Portugal, foi publicada (recentemente) uma antologia Cyberpunk (*Proxy*) pela Editorial Divergência.

O steampunk - esse primo não tão distante do cyberpunk

Assim a frio, cyberpunk e steampunk parecem ter pouco em comum. Cyberpunk apresenta um mundo futuro carregado de tecnologia que só veremos nos nossos sonhos mais loucos. Por sua vez, o Steampunk decorre numa realidade paralela, numa época passada ou equivalente à nossa em que toda a tecnologia tem como fonte de energia, o vapor. Também, em termos de ambiente Cyberpunk e Steampunk parecem muito diferentes – o Cyberpunk apresenta uma sociedade deprimente e decadente, enquanto que no género Steampunk a perspectiva costuma ser mais positiva.

Também o Steampunk parece ter ganho contornos com um livro de William Gibson - *The Difference Engine*. Vencedor de inúmeros prémios, a história remete-nos para uma Inglaterra Vitoriana numa realidade alternativa em

que Babbage teria conseguido construir um computador mecânico. Apesar de se adiantarem, com esta construção, invenções modernas como a internet, a tecnologia tem como fonte de energia o vapor.

Independentemente das influências de William Gibson, os dois géneros possuem outros pontos em comum, como a construção de Universos em que uma determinada tecnologia é levada ao exponente máximo. É com base nesta premissa que surgem várias outras vertentes punk - dieselpunk, solarpunk ou steelpunk. Nalguns casos, como no steampunk, para além de géneros literários, estas vertentes transformaram-se, também, em movimentos estéticos, com a criação de roupas e ambientes alusivos às premissas do género.

Em Portugal surgiram pelo menos três grandes grupos de convívio com temática Steampunk: Clockwork Portugal, Liga Steampunk de Lisboa e Aliança Steampunk Algarve. Clockwork Portugal foi a responsável pela organização da participação portuguesa na Euro Steam Con e organizou os primeiros Almanaque Steampunk, publicações que visavam simular um possível Almanaque publicado nessa realidade ficcional com notícias, artigos, contos, jogos e entrevistas.

Por sua vez, a Liga Steampunk de Lisboa é um grupo de convívio que tem dinamizado diversos eventos com actividades temáticas (onde se incluem jogos, photoshoots ou mistérios). Este grupo está, também, na origem do Festival Vapor que decorre anualmente no Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento e que aproveita a presença das locomotivas para ajudar a criar um ambiente apropriado.

Nos últimos anos, a publicação do Almanaque Steampunk tem prosseguido como resultado de uma parceria entre a Liga Steampunk de Lisboa e a Editorial Divergência. Para além desta publicação anual, há a destacar a publicação de duas antologias. A primeira, uma antologia luso-brasileira, *Vaporpunk - Relatos Steampunk* publicados sob as ordens de Suas Majestades e organizada por Gerson Lodi-Ribeiro e Luís Filipe Silva, onde encontramos a participação de vários autores portugueses: Jorge Candeias, João Ventura e Yves Robert. A segunda, de título *Steampunk Internacional* reúne vários autores de portugueses a ingleses e finlandeses, e foi publicada em Portugal pela Editorial Divergência, bem como na Finlândia pela Osuuskumma-kustannus e em Inglaterra pela Newcon Press. Para além destas duas antologias é de referir um conto de Luís Filipe Silva na antologia *Mensageiros das Estrelas*, denominado *A Todo o Vapor*.

Punk - a criação de múltiplos géneros

Para além do Steampunk, os restantes géneros punk têm tido pouca expressividade, ainda que existam referências interessantes. Entre o steampunk e o dieselpunk encontramos a Custom Circus, uma companhia artística que organiza espectáculos com uma estética muito própria. Ainda que tenha começado em 2004 como um projecto itinerante de Daniela Sousa,

Rui Gago e Michel Alex, por volta de 2012 o projecto passou a ocupar os Nirvana Studios, com a construção de um teatro Custom Café, no qual se realizam os espectáculos. Para além do espectáculo, Michel Alex lançou também dois volumes centrados no mesmo Universo ficcional, *Mekanon* e *Raus Human*. Para além destes dois volumes, dentro deste género, encontramos a história *Só a Morte te Resgata* de Jorge Candeias na antologia brasileira, *Dieselpunk*.

Na mesma linha de realidades construídas em torno de uma tecnologia foi publicada, pela Saída de Emergência, a antologia *Lisboa no Ano 2000*, organizada por João Barreiros. O título provém de uma obra de Melo de Matos de 1906 em que o autor imagina a cidade de Lisboa no futuro. Pegando nesta ideia, a antologia recria uma possível cidade de Lisboa, que nunca existiu, em que a electricidade provém de Torres Tesla, com Zepelins e monocarris - um retrofuturismo com algumas semelhanças ao Steampunk que pode designar-se como Electropunk.

Numa vertente diferente, encontramos *Anjos*, o romance de Carlos Silva premiado com o Prémio Divergência 2015. Publicado originalmente sem referências Punk, centra-se numa realidade futura, na cidade de Lisboa, após um grande terramoto. Não o de 1755, mas outro, ainda maior. Neste futuro retratado por Carlos Silva a energia provém de fontes solares - elemento que tem levado à identificação do romance como sendo Solarpunk.

Enquanto que no Brasil surgem novas correntes que cruzam elementos cyberpunk com a cultura brasileira dando origem ao sertãopunk, cyberagreste ou amazofuturismo, em Portugal aparece o Winepunk! O que move esta narrativa é o vinho - mas não um vinho qualquer! Antes o vinho do Porto. A narrativa parte de um acontecimento histórico, a breve vida da Monarquia do Norte. A Monarquia do Norte terá sido um reino independente no Norte de Portugal que surgiu em 1919 durante os tempos conturbados. Este reino terá durado poucas semanas. Mas em *Winepunk* coloca-se a possibilidade de gerar combustível a partir do vinho, alimentando assim uma nova sociedade durante três anos.

Tal como em *Lisboa no ano 2000*, *Winepunk* é uma antologia que não tem apenas uma premissa comum, mas um Universo comum. A antologia possui uma cronologia pensada ao mínimo detalhe e sobre a qual os vários autores foram convidados a construir a sua própria história, de forma a garantir a existência de alguma coerência entre as histórias dos diferentes autores.

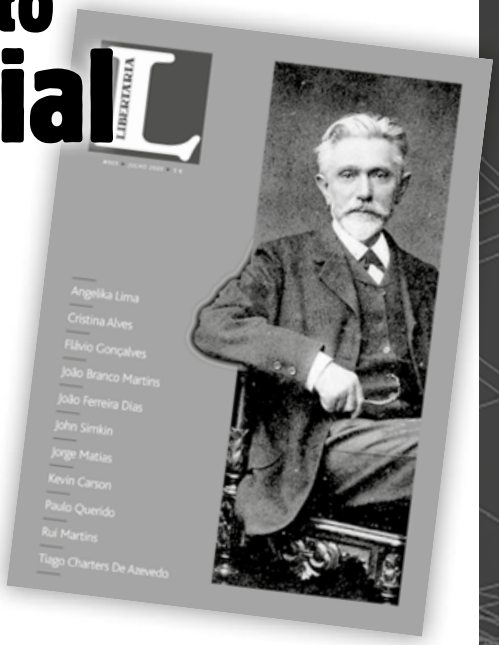
O Futuro do Punk Literário

Enquanto que lá fora, as várias tendências punk se têm mantido e fortalecido, em Portugal parece que, salvo a anual publicação do *Almanaque Steampunk* (e essa, nem sempre verdadeiramente anual), só recentemente os livros enquadrados nos géneros punk têm sido impressos. Como exemplo, *Winepunk* foi um projecto que demorou largos anos entre o lançamento da ideia e a sua final publicação.

Apesar deste arranque lento, espera-se que nos próximos tempos se publiquem algumas antologias punk, mais especificamente *Winepunk*, *Dieselpunk*, *Solarpunk* e *Hopepunk* (para além de um novo *Almanaque Steampunk*) - antologias com contos de detalhes portugueses que serão capazes, espero, de acrescentar novas abordagens aos géneros punk.

Cristina Alves anima o blogue "Rascunhos", dedicado a banda desenhada, ficção científica e jogos de tabuleiro | osrascunhos.com

Estatuto Editorial



A Libertária é uma revista não periódica que se rege pelas ideias inerentes ao livre pensamento, à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias;

A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão;

A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível e da perspectiva libertária e do pragmatismo político as várias correntes do pensamento socialista democrático e do centro-esquerda, numa tónica reformista;

A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de três paradigmas distintos:

- o *libertaire* europeu (vulgarmente apodado de "anarquista");
- o *libertarian* norte-americano (que inclui na sua síntese social o pensamento liberal clássico) e
- a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze o bem-estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu;

A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.

LIBERTÁRIA

Editor
Flávio Gonçalves

ISSN: 2183-5284

Depósito Legal: 449706/18

Grafismo e Paginação
Jorge Matias

Tradutores
Flávio Gonçalves
Jorge Matias
Mariana Nave
Tiago Silveira

Contacto
libertariapt@gmail.com

Facebook, Twitter e Patreon
@libertariapt

Correspondência
Libertária
A/C Flávio Gonçalves
Apartado 6019
EC Bairro Novo
2701-801 Amadora

Impressão
Ulzama Digital e KDP

Distribuição Internacional
Amazon.com Inc.

Página
www.libertaria.pt

Publicação Não Periódica
Isento de registo na E.R.C.
ao abrigo do Decreto Regulamentar
8/99 de 9/6, artigo 12°, n° 1-a

Neste Número
Angelika Lima
Cristina Alves
Flávio Gonçalves
João Branco Martins
João Ferreira Dias
John Simkin
Jorge Matias
Kevin Carson
Paulo Querido
Rui Martins
Tiago Charters De Azevedo

Parcerias
Global Research
Jacobin Magazine
Pravda.ru
Social Europe
Spartacus Educational
Z Magazine

NESTA EDIÇÃO

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA II
Revoluções por minuto *Jorge Matias*

O MUNDO POLÍTICO
A revolução mundial em curso *João Branco Martins*

ANÁLISE
Coronavírus, democracia e medo *João Ferreira Dias*

ANÁLISE
XIII Congresso da UNITA *Filipe Barroso*

SINAIS DOS TEMPOS
Abril e a igualdade das mulheres *Angelika Lima*

ENTREVISTA COM CARMEN LIMA
As batalhas deste século serão pela água *Flávio Gonçalves*

ECOLOGIA DA LIBERDADE
A dissolução da autoridade *Tiago Charters de Azevedo*

ANÁLISE
O sistema que conhecemos já se foi *Paulo Querido*

EM PROL DA JUSTIÇA
Pela revisão urgente da opacidade e do exagero das custas judiciais em "unidades de conta" *Rui Martins*

ENTREVISTA COM FÁBIO MORGADO
A Lisboa rural aqui tão perto *Flávio Gonçalves*

BIOGRAFIA
August Bebel *John Simkin*

CAPITALISMO
Dia das vítimas do capitalismo *Kevin Carson*

CONTRACULTURA
(Alguma coisa) Punk em Portugal *Cristina Alves*

Esta edição teve apoio à produção de José Palha

LIBERTÁRIA

"O desenvolvimento da nossa vida social exige a libertação da mulher da esfera da vida doméstica, e a sua participação na vida pública e nas missões da civilização."

August Bebel

ISSN: 2183-5285